

POVO LIVRE

CEN CONSOLIDADA ALTERNATIVA

O Conselho Estratégico Nacional (CEN), órgão do PSD presidido por Pedro Duarte, reuniu-se no sábado pela primeira vez. A nova estrutura do CEN, que integra 25 coordenadores “de grande qualificação”, constitui uma demonstração da capacidade do PSD em renovar e recrutar talento na sociedade civil



13 PSD

ANTÓNIO COSTA ESTÁ DE “BRAÇOS CAÍDOS”

Hugo Soares, Secretário-geral do PSD, acusa o Primeiro-Ministro de se apresentar de “braços caídos”, sem falar dos problemas concretos que afetam as famílias e as empresas

18 LOCAIS

PSD DE PONTE DA BARCA EXIGE REDUÇÃO DAS PORTAGENS NO ALTO MINHO

A Assembleia Municipal de Ponte da Barca aprovou, por unanimidade, uma moção apresentada pelo PSD, que exige a redução do valor aplicado nas portagens da A3 e da A28

30 REGIONAIS

GOVERNO DA MADEIRA DEFENDE COMPENSAÇÃO POR SOBRECUSTOS NA SAÚDE

Miguel Albuquerque defendeu que a região da Madeira deve ser compensada pelos sobrecustos na saúde, criticando que o Estado não esteja a cumprir o que está consagrado na Constituição

ANO NOVO DE ESPERANÇA

O Partido Socialista não sabe estar à altura da confiança dos portugueses

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



Após um pequeno interregno da nossa publicação, pela altura das festas de Natal e Ano Novo – que, espero, tenham sido vividas por todos com alegria e saúde –, estamos de regresso ao nosso “Povo Livre”, pelo que a minha primeira palavra é de esperança de um auspicioso ano de 2023 para todos nós.

É compreensível que esta aspiração seja acompanhada por ceticismo, considerando a deterioração acelerada da governação, acelerada por polémicas constantes e sucessivas demissões.

É, infelizmente, a constatação de algo que nós já receávamos, para prejuízo do país, como inevitável. Mais uma vez, o Partido Socialista não sabe estar à altura da confiança dos portugueses materializada numa maioria absoluta.

Inebriados por uma maioria que os libertava do esforço de negociar com a esquerda mais ou menos radical, ao invés de tomarem as decisões que eram fundamentais para todos os portugueses, os socialistas entraram em guerras sucessórias e em guerrilhas internas, convidando para as funções de estado aqueles que serviriam os interesses partidários e descurando os interesses da Nação. A qualificação deixou de ser critério de seleção, que passou a ser o amiguismo e a gestão eleitoral interna.

Tudo isto se tem arrastando de forma quase aviltante para os portugueses, que esperariam, e mereciam, muito mais do seu governo maioritário.

O que todos nós assistimos, incrédulos, nos últimos dias de 2022 e primeiros dias de 2023 foi tão grave e denso que seriam precisas muitas páginas para esmiuçar tanta trapalhada e tanto erro de gestão.

Num cenário de (mais) uma crise económica, com consequências sociais tais que nem os subsídios, em forma de esmola encapotada que o Governo vai dando de quando em vez, e perante a ingovernabilidade que testemunhamos, é necessário olharmos para o futuro de uma forma séria e responsável.

Muito já foi dito sobre a necessidade, ou não, de realização de eleições: porque foram há um ano, porque há que implementar o PRR, porque um eventual novo ato eleitoral poderia proporcionar um resultado inconsequente. Enfim, argumentos pertinentes que merecem consideração. O mesmo já não se pode dizer quanto a um hipotético estado de impreparação do PSD para ir a eleições.

Sejamos claros: o PSD, mais do que estar pronto a ir a eleições, está preparado para ser a solução que o País e os portugueses precisam. É para isso que o nosso líder tem trabalhado, com seriedade e rigor sério, percorrendo o país para ouvir as suas vozes, chamando bons quadros de vários setores, como é claro e notório naquilo que foi a apresentação recente do CEN, no que resultará no enriquecimento do programa do PSD e no fortalecimento da alternativa de que o país necessita.

Somos um partido responsável, um partido de governo e não um partido de protesto inconsequente. Não queremos o poder pelo poder, mas sim governar para melhor servirmos as populações. Estamos unidos e a trabalhar todos os dias no terreno para que, quando formos chamados a funções governativas, o possamos fazer de forma séria e responsável. Estamos preparados para uma nova força, um novo caminho.

CEN CONSOLIDA ALTERNATIVA

Assistimos a vários episódios de “fragmentação de autoridade política de muitos membros” do Executivo

Luís Montenegro espera ao longo desta semana viver de perto as preocupações das famílias, empresas e instituições do distrito de Castelo Branco. “Damos hoje o pontapé de saída no novo formato de funcionamento do CEN”, com 25 novas áreas temáticas e 25 novos coordenadores, afirmou o Presidente do PSD em declarações à imprensa, no final da reunião do Conselho Estratégico Nacional, dia 7 de janeiro de 2023, em Lisboa.

Luís Montenegro destacou que a equipa coordenada por Pedro Duarte trabalhará para ajudar o PSD a criar “o seu programa” neste percurso de alternativa política para Portugal, que precisa de um Governo que não conduza o País ao empobrecimento e à asfixia fiscal a que assistimos atualmente.

“Queremos ter, em 2024, um programa eleitoral completamente formatado para que nos dois anos seguintes o possamos amadurecer e difundir”, declarou.

O Presidente do PSD afirmou, ainda, que não há nenhuma razão para que exista uma crise política no desenrolar desta legislatura, a não ser por implosão do próprio Governo, pois assistimos a vários episódios de “fragmentação de autoridade política de muitos membros” do Executivo.





“O Governo continua a ter ministros enfraquecidos, com a sua autoridade política enfraquecida, e isso não dá tranquilidade aos portugueses”, afirmou o Presidente do PSD, reiterando que continua focado em ser uma alternativa forte, mobilizadora e ganhadora ao PS.

Esta foi primeira reunião da nova composição do CEN, que conta com uma equipa renovada, com membros reconhecidos tanto na vida académica como no mundo empresarial. São 25 as novas áreas temáticas, a que correspondem 25 coordenadores, dos quais 15 são

independentes (não militantes), havendo uma prevalência de mulheres (13 em 25). O coordenador mais novo tem 25 anos e o mais velho 58.

A composição do Conselho Estratégico Nacional é uma demonstração da capacidade do PSD em renovar e recrutar talento na sociedade civil.

O Conselho Estratégico Nacional tem como objetivo apoiar a Direção Nacional do PSD, através da preparação de ideias e propostas políticas para o futuro do País, sendo um espaço de reflexão e um “laboratório” de medidas programáticas.

O Governo continua a ter ministros com a autoridade enfraquecida

COORDENADORES DO CEN

AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

Margarida Oliveira

Professora Adjunta no Instituto Politécnico de Santarém na Escola Superior Agrária, atualmente subdiretora

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Joana Balsemão

Vereadora no Município de Cascais, é responsável pelas Políticas de Ambiente, Descarbonização e Cidadania e Participação

ASSUNTOS DO MAR

Fátima Castro Moreira

Professora universitária

CIDADES, COMUNIDADES E COESÃO TERRITORIAL

Miguel Castro Neto

Diretor da NOVA Information Management School da Universidade de NOVA de Lisboa

CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR

Paula Vaz Freire

Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

**CULTURA****Nuno Encarnação**

Diretor do centro de empresas de Setúbal no Banco BPI

DEFESA NACIONAL**Ana Isabel Xavier**

Professora Associada em Relações Internacionais na UAL e ISCTE

DESPORTO**Emídio Guerreiro**

Gestor de empresas privadas

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E IGUALDADE DE GÉNERO**Marta Alegrias**

Secretária-Geral Executiva na ATI-C-Associação Técnica da Indústria de Cimento

ECONOMIA E EMPRESAS**Cristina Vaz Tomé**

Professora convidada de Ética e Responsabilidade Social na CLSBE

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**Vânia Neto**

Education Skills & Learning Lead na Microsoft Western Europe

EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO**Inês Domingos**

Economista e docente na Católica School of Business and Economics

ENERGIA**Celso Leão**

Administrador e fundador da empresa espanhola Ertec Iberia

FINANÇAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**Filipa Alarcão**

Investment Manager na Horizon Equity Partners

HABITAÇÃO**Rita Alarcão Júdice**

Sócia da PLMJ, onde é co-coordenadora da área de Imobiliário e Turismo

INVESTIMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS**Rui Freitas**

Administrador do Grupo Media Capital e Presidente do Conselho de Administração da Swipe New

JUSTIÇA E REGULAÇÃO**Raquel Brízida Castro**

Professora Auxiliar, Subdiretora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e advogada na Pais de Vasconcelos e Associados

LONGEVIDADE E BEM-ESTAR**Ana Gabriela Cabilhas P**

residente da Federação Académica do Porto

POLÍTICA EXTERNA, DIÁSPORA E ASSUNTOS EUROPEUS**Nuno Sampaio**

Professor Auxiliar e Investigador Integrado do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa

POLÍTICAS SOCIAIS E TRABALHO**João Cerejeira**

Professor de Economia na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

SAÚDE**Nuno Freitas**

Médico Anestesiologista

SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL**Rui Rocha**

Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ansião e Presidente da Direção da Federação dos Bombeiros do Distrito de Leiria

SERVIÇOS PÚBLICOS E REFORMA DO ESTADO**João Rui Ferreira**

Diretor-geral da APCOR e Presidente da Filcor- Associação Interprofissional da Fileira da Cortiça

TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS**Tiago Souza d'Alte**

Docente em cursos de licenciatura e pós-graduados em Direito

TURISMO E SERVIÇOS**Gonçalo Marques Oliveira**

Membro da Comissão Executiva e CIO do Pestana Hotel Group

O DIABO ESTÁ DENTRO DO GOVERNO

Ou o Governo muda de vida ou os portugueses vão exigir que Portugal mude de Governo

Luís Montenegro defende que compete ao Primeiro-Ministro “avaliar as condições em que os membros do Governo se encontram para exercer com autoridade política o seu mandato”, como acontece com a secretária de Estado da Agricultura.

No final do debate da moção de censura da IL ao Governo, na quinta-feira, o Presidente do PSD acusou António Costa de estar “exaurido” no exercício das funções de Primeiro-Ministro. “Quis rerepresentar ao país a teoria do diabo, mas, infelizmente, o diabo hoje está mesmo dentro do Governo, o diabo é a falta de coesão e de espírito reformador deste Governo”, acusou.

Sobre a proposta de António Costa de maior escrutínio na escolha dos

governantes, Luís Montenegro entende que o chefe do Governo parte para a “desresponsabilização”: “É sacudir a água do capote, é o Primeiro-Ministro a querer corresponsabilizar o Presidente da República”.

O líder do PSD voltou a dizer que Portugal tem um “Primeiro-Ministro sem capacidade de recrutamento” e um ministro das Finanças “desprovido de autoridade” e, como tal, “é um peso morto no Governo”.

Recorrendo às palavras do vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Paulo Rios de Oliveira, durante o debate desta tarde, Luís Montenegro expressou: “Ou o Governo muda mesmo de vida ou os portugueses vão exigir no futuro que Portugal mude de Governo”.





”

No momento da maior crise do Governo, o Primeiro-Ministro desapareceu

Luís Montenegro



O responsável pela crise política é António Costa

Luís Montenegro acusou António Costa de ser o responsável pela crise política.

Numa declaração, na sede nacional, na segunda-feira, 2 de janeiro de 2023, após uma reunião da Comissão Permanente, o Presidente do PSD afirmou que “no momento da maior crise do Governo, o Primeiro-Ministro desapareceu”. “Ninguém o ouviu nestes dias. Não deu explicações. Vai reaparecer hoje, de braços caídos, a ir ao banco de reservas fazer uma remodelação que em bom rigor nem isso é. Não entra ninguém novo no Governo na altura mais crítica do Governo”, acrescentou.

Luís Montenegro diz ainda que Fernando Medina é “um peso morto no Governo”. “Se eu fosse Primeiro-Ministro e tivesse um ministro das Finanças que tivesse este comportamento, sairia do Governo, o que o Primeiro-Ministro vai fazer é manter um peso morto no Governo, está desprovido de autoridade”, apontou.

O líder social-democrata sublinha que “são cada vez mais os portugueses que querem e ambicionam um governo do PSD”.

No dia 3 de janeiro, nos Paços Perdidos, no Parlamento, Luís Montenegro defendeu que “o PSD não é um partido de protesto”, mas “um partido de Governo e é a alternativa a esta governação”.

Sublinhando que “o Governo está a governar mal” e com os “portugueses preocupados” com o aumento do custo de vida, o líder do PSD entende que, “nesta altura, estar a agravar a situação do país com

a abertura de uma crise política, e uma campanha eleitoral” seria “um desrespeito pela vontade manifestada pelo povo”, decorridos 11 meses das eleições legislativas, mas seria também “um desrespeito pela situação concreta das pessoas”.

Em declarações aos jornalistas, depois da reunião do Grupo Parlamentar, o Presidente do PSD referiu: “A decisão foi não ficar nem do lado da consequência, nem do lado da incompetência. (...) Não vamos votar a favor de uma moção que é inconsequente, que teria uma consequência que não queremos, que é derrubar Governo, mas também não vamos alinhar num voto contra aquilo que significaria o desempenho trapalhão do Governo e do Primeiro-Ministro, que está incapaz de exercer a sua função governativa”.

Luís Montenegro anunciou, por isso, que o PSD se iria abster na votação da moção de censura da Iniciativa Liberal ao Governo.

O PSD não é um partido de protesto





JANTAR DE NATAL DO GRUPO PARLAMENTAR

ANTÓNIO COSTA NÃO RESPONDE ÀS 12 PERGUNTAS DO PSD

Luís Montenegro desafiou o Primeiro-Ministro a responder às perguntas feitas pelo PSD sobre a alegada intromissão no Banco de Portugal e sobre a resolução do Banif, acusando o Executivo socialista de se “baldar ao esclarecimento”.

No jantar de Natal do Grupo Parlamentar do PSD, dia 21 de dezembro de 2022, Luís Montenegro recordou que os deputados social-democratas colocaram, em 23 de novembro, 12 “perguntas diretas” ao Primeiro-Ministro, sobre as acusações do ex-governador do Banco de Portugal, não obtendo até agora qualquer resposta. “Eu quero perguntar porquê senhor Primeiro-Ministro? Então, afinal, não se passava nada, não tinha tudo falta de sustentação, não era tudo atentatório da honra? Então era fácil de responder, está na hora de responder. Não responde, porque é este o padrão deste Governo”, desafiou.

O líder do PSD acusou António Costa de se comportar como o novo “dono disto tudo”, por adotar “uma pose majestática, imperial, de quem tem a maioria absoluta” no Parlamento, nas câmaras, nas juntas de freguesia e no Parlamento Europeu. “Este Governo quer que tudo fique

sempre na mesma. Em bom rigor, este Governo não queria ter a maioria [absoluta], este Primeiro-Ministro não queria a maioria absoluta, era melhor não ter a maioria absoluta, porque assim tinha a desculpa para não fazer nada”, sublinhou.

Luís Montenegro contabiliza em mais de 20 o número de governan-

tes que o PS já impediu de prestar esclarecimentos no Parlamento. “Agora baldam-se ao esclarecimento, é um Governo que não merece a maioria que tem”, considerou.

Luís Montenegro criticou António Costa por estar a dizer para “nos habituarmos ao que o Governo faz”. “O país está a empobrecer, habituem-

-se, há falta de médicos de família, habituem-se, faltam professores nas escolas, habituem-se”, criticou, salientando que o PSD “não se quer habituar a um país nivelado por baixo”. “Nós aceitamos as regras da democracia, mas não desistimos de dizer a Portugal que vamos dar a volta a esta situação”, assinalou.



LUÍS MONTENEGRO EM BEJA

ELES COMEM TUDO E NÃO DEIXAM NADA

O PS quer tomar conta de tudo



Luís Montenegro acusa o PS de “querer tomar conta de tudo”, construindo um país onde o Estado não cumpre com a sua função essencial, que é “servir os cidadãos” e os empresários.

“O Estado deve trabalhar para todos e deve servir os cidadãos, não atrapalhar as empresas e os empresários, não deve tomar conta de tudo. E esse é o projeto que o PS está a desenvolver, que é tomar conta de tudo e, vocês, bem sabem aqui no distrito de Beja. Eles agarram tudo, eles comem mesmo tudo e não deixam nada, se nós não dissermos que estamos aqui”, disse.

O Presidente do PSD considera que “o Primeiro-Ministro quer que os portugueses se habituem à pobreza”. “Quando nós confrontamos, como oposição, cumprindo como oposição o nosso dever, o que é que o Primeiro-Ministro tem a dizer ao país? Habituem-se. É isto que ele tem a dizer ao país, habituem-se. O





”

Há socialismo a mais em Portugal

Luís Montenegro

Primeiro-Ministro de Portugal quer que os portugueses se habituem à pobreza, mas nós não nos vamos habituar a isso”, acrescentou.

Discursando na tomada de posse dos novos órgãos da Distrital do PSD de Beja, dia 20 de dezembro, Luís Montenegro assegura que o chefe do Governo “vai ter de se habituar a ter uma oposição exigente, firme, vigilante, escrutinadora, fiscalizadora” e capaz de “lhe dizer, olhos nos olhos”, que “está a empobrecer Portugal”.

Luís Montenegro considera que “há socialismo a mais”. “É a maioria absoluta no Parlamento, é a maioria das câmaras, é a maioria das juntas de freguesia, é a maioria da representação no Parlamento Europeu”, referiu.

Gonçalo Valente tomou posse como Presidente da Comissão Política da Distrital do PSD de Beja.





BRASIL

PSD CONDENA ATOS CONTRA A DEMOCRACIA

O PSD condenou, de “forma veemente”, a invasão das sedes das instituições brasileiras, em Brasília, por apoiantes do ex-presidente Jair Bolsonaro, considerando inaceitáveis atos que coloquem em causa a ordem pública e as instituições democráticas.

Em comunicado, o PSD “condena de forma veemente os acontecimentos de hoje em Brasília”.

“Para o PSD, são inaceitáveis quaisquer atos que coloquem em causa a ordem pública e o regular funcionamento das instituições democráticas. A democracia deve sempre prevalecer. O PSD faz votos para que a ordem pública seja rapidamente restabelecida”, sublinha a nota.

O Presidente brasileiro, Lula da Silva, decretou intervenção federal em Brasília depois de centenas de

apoiantes do ex-presidente Jair Bolsonaro terem invadido e vandalizado o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF), sedes dos poderes legislativo, executivo e judicial.



REAÇÃO À MENSAGEM DE NATAL DO PRIMEIRO-MINISTRO

ANTÓNIO COSTA ESTÁ DE “BRAÇOS CAÍDOS”



Hugo Soares acusa o Primeiro-Ministro de se apresentar de “braços caídos”, sem falar dos problemas concretos que afetam os portugueses.

Numa reação à mensagem de Natal do Primeiro-Ministro, dia 25 de dezembro, no Porto, o Secretário-geral do PSD afirmou que António Costa não tem “um projeto político capaz de transformar Portugal”, tal como o país “precisava”. “Sabemos que Portugal está cada vez mais na cauda da Europa, que é um país mais pobre (...) porque as pessoas têm mais dificuldade no seu dia a dia. (...) Eu diria que nós hoje tivemos um doutor António Costa de braços caídos, sem dizer ao país aquilo que quer projetar nos próximos meses, sem

oferecer uma palavra, essa sim, de esperança concreta para mudar a vida das pessoas”, assinalou.

Hugo Soares sublinha que, na declaração, o chefe do Governo não teve “uma palavra para os principais problemas das pessoas em Portugal”, um país “cada vez mais pobre, com impostos no máximo e serviços públicos no mínimo”.

“O Primeiro-Ministro falou muitas vezes de solidariedade, mas apenas no último trimestre do ano se lembrou e percebeu que as pessoas estavam com cada vez com mais

dificuldades face ao aumento do custo de vida”, criticou Hugo Soares, exemplificando que todos os dias há “urgências hospitalares a fechar” e com “os portugueses com mais dificuldades no acesso ao Serviço Nacional de Saúde”.

Hugo Soares reitera que “Portugal precisa de uma nova força, de um novo caminho” e o “Primeiro-Ministro já não representa nem essa força nem esse caminho”.

MENSAGEM DE ANO NOVO

ANTÓNIO COSTA DEVE PÔR ORDEM NO GOVERNO

Miguel Albuquerque considera que o Governo é hoje “um corpo político em decomposição”, está “atolado numa bolha” e a crise política tem origem em “guerras internas entre ministros”.



“A atual crise política não radica, pois, nem na oposição, nem no senhor Presidente da República, mas apenas nas barafundas do Governo e o que se exige é que o Governo saia da bolha onde está atolado, olhe para Portugal real e para os problemas dos portugueses, resolva as suas disfuncionalidades e comece a governar”, afirmou.

Em declarações no Funchal, no dia 1 de janeiro, o Presidente da Mesa do Congresso do PSD, numa reação à mensagem de Ano Novo do Presidente da República, começou por referir que “2022 foi um ano perdido e 2023 começa com uma crise política inesperada, curiosamente, que surgiu no próprio Governo”.

Miguel Albuquerque apela ao Primeiro-Ministro que “ponha ordem no Governo” e comece a governar. “Já não bastava a inflação, a carga fiscal elevadíssima, a guerra, a crise energética, o mau funcionamento dos serviços de saúde e da generalidade dos serviços públicos, o empobrecimento do país e das famílias, tínhamos de juntar a tudo isto um Governo que, tendo todas as condições para governar, se tornou num fulcro de casos, uns atrás dos outros”, apontou.

O também Presidente do Governo Regional da Madeira garantiu ainda que “o PSD continuará a assumir as suas responsabilidades, como oposição firme e exigente e construindo todos os dias uma alternativa política a este estado de coisas”. “O PSD nunca faltará a Portugal”, disse.

CASO TAP É UMA AFRONTA AOS CONTRIBUINTE

Os Trabalhadores Social Democratas (TSD) consideram que “os portugueses estão estupefactos perante a divulgação pública da opulenta indemnização auferida pela demissionária secretária de Estado do Tesouro, Alexandra Reis, em fevereiro de 2022 pela renúncia ao cargo que exercia como administradora da TAP”.

Em comunicado, a estrutura presidida por Pedro Roque Oliveira, sublinha que, “numa empresa em reestruturação e em que apenas a injeção maciça de dinheiro dos contribuintes, num montante superior a 3 mil milhões de euros, evitou a falência parece de meridiana clareza considerar verdadeiramente imo-

ral que se paguem indemnizações como estas”.

“Não deixa de ser paradoxal que a indemnização tenha sido atribuída pela mesma administração que implementou os cortes salariais, a suspensão da negociação coletiva ou os despedimentos, com a justificação de serem essenciais para a reestruturação da TAP. Parece haver uma dualidade de critérios na relação com o comum dos trabalhadores da empresa que, caso não tenha sido despedido, sofreu cortes profundos no rendimento do seu trabalho ou com o membro do Conselho de Administração que sai a pedido e arrecada uma indemnização generosa. Como poderá esta

administração sustentar argumentos negociais perante os diferentes sindicatos representativos dos trabalhadores da TAP no sentido de não reverter os cortes efetuados? Como terá condições para poder garantir a paz social na empresa? Como defenderá a reputação da companhia no processo de reprivatização já anunciado?”, questionam.

Os TSD acusam ainda o Governo de ser “conivente com decisões erráticas e profundamente imorais do conselho de administração” da companhia aérea.

“Politicamente, o ministro das Infraestruturas tirou consequências ao demitir-se. Todavia o ministro

das Finanças, que não só assinou em junho o despacho conjunto de nomeação de Alexandra Reis para a presidência da NAV Portugal EPE três meses volvidos, como a escolhe em dezembro para ser sua secretária de Estado do Tesouro, parece não querer assumir os efeitos políticos óbvios de tais desmandos. Os TSD – Trabalhadores Social Democratas entendem que, independentemente do que conclua a Inspeção Geral de Finanças ou a Procuradoria-Geral da República, há em toda esta situação um profundo sentido de afronta perante os contribuintes em geral e os trabalhadores da TAP em particular”, concluem.

TAP AIR PORTUGAL

flytap.com



FERNANDO MEDINA NÃO TEM CONDIÇÕES PARA CONTINUAR NO GOVERNO



Joaquim Miranda Sarmiento considera que o “ministro das Finanças não tem condições para continuar no cargo”, porque “nada viu, nada indagou, nada questionou” sobre todos os factos que envolvem a ex-secretária de Estado, Alexandra Reis.



O Primeiro-Ministro não é capaz de governar e garantir estabilidade

Joaquim Miranda Sarmento

O líder parlamentar do PSD critica Fernando Medina que, embora esteja “à frente do Ministério mais importante da governação”, teve um comportamento “incompetente, leviano e irresponsável”, nomeadamente na nomeação de Alexandra Reis para Presidente da NAV, no pagamento de uma indemnização de 500 mil euros pela TAP e na sua integração no Governo.

No debate de urgência pedido pelo PSD sobre “a situação política e a crise no Governo”, dia 4 de janeiro, no Parlamento, Joaquim Miranda Sarmento, dirigindo-se à ministra dos Assuntos Parlamentares, considerou “lamentável” a ausência do Primeiro-Ministro e do ministro das Finanças no debate, furtando-se às “explicações que o Parlamento e o país exigem”.

Para o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, “em apenas nove meses, o Primeiro-Ministro desbaratou o capital político que os portugueses lhe conferiram a 30 de janeiro”. “Só que o senhor Primeiro-Ministro não é capaz de governar e garantir essa estabilidade. E não se diga que é a oposição que cria os casos em que o governo se enredou nestes 9 meses. A oposição escrutina e fiscaliza”, sustentou.

Joaquim Miranda Sarmento voltou a frisar que Portugal “precisa de um Governo que respeite a maioria que o povo lhe deu”, “mas se tal não acontecer os portugueses podem ter a garantia que o PSD será sempre a alternativa”.

PSD quer ouvir governantes - viabiliza comissões de inquérito à TAP

O PSD pediu para ouvir a ministra da Agricultura, a secretária de Estado de Agricultura demissionária, além do secretário de Estado do Ambiente, Hugo Pires.

Em declarações aos jornalistas, na Assembleia da República, dia 6, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmento, defendeu que a ministra da Agricultura e a ex-secretária de Estado, Carla Alves, devem explicações e, acima de tudo, a titular da pasta da Agricultura, Maria do Céu Antunes, tem de esclarecer se foi informada, ou não, sobre os processos da sua secretária de Estado e se informou o primeiro-ministro.

Em causa está a demissão de Carla Alves na sequência de um processo que envolve o marido, antigo autarca de Vinhais, com o arresto de contas bancárias.

Para Miranda Sarmento a ministra da Agricultura está “politicamente diminuída”.

O grupo parlamentar do PSD vai chamar também ao Parlamento o novo secretário de Estado do Ambiente, Hugo Pires, para prestar esclarecimentos sobre eventuais incompatibilidades no exercício do cargo.

O PSD anunciou ainda que viabilizará as propostas de comissão de inquérito à TAP, submetidas na Assembleia da República.

PSD DE PONTE DA BARCA EXIGE REDUÇÃO DAS PORTAGENS NO ALTO MINHO

A Assembleia Municipal de Ponte da Barca aprovou, por unanimidade, uma moção apresentada pelo PSD, que exige a redução do valor aplicado nas portagens da A3 e da A28.



Para a Comissão Política da Secção do PSD Ponte da Barca, a mobilidade é um fator determinante para o desenvolvimento dos territórios. Ao longo de anos as populações do Alto Minho reivindicaram novas acessibilidades que se vieram a concretizar num quadro temporal alargado, sendo que alguns anseios ainda aguardam uma resposta, nomeadamente a requalificação e alargamento do acesso à Fronteira da Madalena, em Lindoso.

De acordo com a Secção presidida por José Alfredo Oliveira, verifica-se que nas vias com portagens que servem o Alto Minho acentuou-se um fosso entre o valor pago na A28 que se estende ao longo da faixa litoral, servindo os distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo e na A3 que serve os mesmos distritos, mas pelo interior do território.

A Concelhia constata ainda uma “enorme disparidade” dos valores cobrados na A28 de Viana ao Porto

(2,40 euros de Ponte de Lima ao Porto), já o valor na A3 (Ponte de Lima ao Porto) ascende a 6,40 euros, ou seja, os valores das portagens do interior do Vale do Lima ao Porto quase triplicam os estabelecidos no litoral do Vale do Lima à mesma cidade do Porto. Esta situação que o PSD de Ponte da Barca considera “inaceitável e muito penalizadora para as populações e economia do interior onde se localizam os territórios de baixa densidade que são servidos pela A3”.

Para o PSD de Ponte da Barca, o interior do Alto Minho não pode deixar de ser considerado na avaliação que vier a ser efetuada para reduzir o custo das portagens nos territórios de baixa densidade que apresentam um PIB abaixo da média nacional, sendo o caso específico do Alto Minho onde os valores apresentados pelo interior do distrito são ainda mais penalizadores.

Creemos ser importante colocar esta questão à Senhora Ministra da Coesão Territorial no sentido de considerar a situação das portagens cobradas na A3 que serve o interior do Alto Minho, visando a redução do valor presentemente cobrado para acesso ao nosso território.

Nesse sentido, o PSD de Ponte da Barca apresentou na Assembleia Municipal de 21 de dezembro uma proposta de redução do valor das portagens da A3 para o Alto Minho, requerendo ao Governo que esta pretensão seja acolhida e integrada na proposta a apresentar pelo Ministério para a redução das portagens nos territórios de baixa densidade e deprimidos em termos sociais e económicos.

A proposta mereceu a unanimidade de todos os deputados municipais e de todos os Presidentes de Junta de Freguesia que integram a Assembleia Municipal.

CÂMARA DE VISEU CONFIANTE NA CONSTRUÇÃO DA NOVA BARRAGEM DE FAGILDE

O presidente da Câmara Municipal de Viseu revelou que o ministro do Ambiente estará em Viseu até ao final do primeiro trimestre do ano para tratar da construção da nova barragem de Fagilde.

“O ministro foi extremamente cooperante e combinámos logo uma reunião de trabalho, em fevereiro, e aqui, com gente com capacidade de decisão. E, conseqüentemente, vamos ter o ministro aqui no final do primeiro trimestre”, afirmou Fernando Ruas.

No final da reunião de dia 5 do executivo municipal, o autarca contou aos jornalistas que deu a conhecer a reunião, na última semana, com o ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, o secretário de Estado e outras entidades, como a Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Um encontro no qual foi debatida a construção da nova barragem de Fagilde, a construção do açude do Catavejo, a desativação de sete estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e o aproveitamento de águas residuais para fins industriais.

“O ministro vai trazer, sem dúvida, a resposta à construção da nova barragem, porque, neste momento, a única preocupação do ministro é como a que a vai financiar. Fiquei com a ideia de que vai ser uma nova barragem e um bocadinho mais abaixo, mas isso também não me preocupa muito. O importante é que ela triplique a capacidade de água”, afirmou.

Dos outros assuntos levados por Fernando Ruas ao encontro com o Governo, o autarca mostrou-se “muito satisfeito” com a abertura para a sua resolução, como o da construção do açude do Catavejo, na freguesia de Mundão, onde nasce o rio Pavia.

A desativação de sete ETAR também “está no caminho certo, sendo que a mais problemática é a de São Salvador”.

“Neste momento, há 14.000 metros cúbicos de água por dia que são desperdiçados e que queremos reter para poder usar em regas, mas para isso é preciso investir, e é um grande investimento, e foi para isso que pedimos ajuda”, disse.

Fernando Ruas admitiu que a ETAR Viso Sul, na freguesia de Vila Chã de Sá, “pode ser um bom local” para o seu reservatório, “já que é um ponto alto para depois a água ser distribuída”, mas, “para isso, é preciso um grande investimento”.

“Se fizermos um sistema autónomo, paralelo, para estas águas, podemos ter um sistema de rega público e até privado, por exemplo, com um contador e a um preço mais baixo, sem o problema de proibir as regas no verão”, admitiu.



VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO A LEIRIA É UMA “AFRONTA” AOS EMPRESÁRIOS

As Comissões Políticas Distrital e de Secção de Leiria do PSD consideraram a visita do Primeiro-Ministro às obras de três centros de saúde naquele concelho, no âmbito do Roteiro PRR, uma “afronta” aos empresários.

“O senhor Primeiro-Ministro veio claramente afrontar os empresários leirienses, a taxa de execução do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] é escandalosamente baixa e em vez de potenciar a força empresarial do distrito com uma grande execução a este nível, prefere um roteiro onde dá primazia à obra pública, em detrimento do incentivo às empresas”, refere um comunicado, assinado pelos presidentes daquelas duas comissões de Leiria do PSD.

Para os sociais-democratas, o “investimento público é bem-vindo e necessário a Leiria, visto que tem sido notoriamente insuficiente”, mas não se pode “ostracizar o motor da economia”, principalmente no distrito de Leiria.

“Em Leiria encontram-se em execução obras em três centros de

saúde, os dois acima referidos, e a adaptação a polo de saúde do antigo jardim-de-infância da Bidoeira de Cima, num investimento global orçado em 4 milhões de euros, 3,7 milhões de euros financiados pelo PRR”, referem Hugo Oliveira, Presidente da Distrital e deputado na Assembleia da República eleito pelo círculo de Leiria, e José Augusto Santos, Líder da Secção.

Os sociais-democratas acrescentaram que o presidente da Câmara de Leiria, Gonçalo Lopes (PS), “aproveitou a ocasião para anunciar a conclusão das obras para meados de junho deste ano, sendo que algo não bate certo quanto a datas e valores”.

“Em orçamento municipal, para estas obras, estão apenas provisionados 1,1 milhões de euros para 2023. Dotações eventualmente a



reforçar com a inclusão do saldo de gerência de 2022. Políticas e prioridades questionáveis, quando em 2022 foram gastos em apenas dois eventos, Leiria Sobre Rodas e Leiria Cidade Natal, mais de 1,25 milhões de euros, sem considerar gastos de energia, consumos e recursos municipais”, lê-se no comunicado.

Os dirigentes esperam que, “ao contrário dos mais de 200 mil euros gastos em floreiras, o facto de o investimento ser financiado por fundos comunitários não signifique que se possa pagar caro e gastar mal”.

“Tão ou mais importante que as instalações, são os recursos humanos necessários para a satisfação das necessidades da população no acesso aos cuidados de saúde primários e hospitalares, e a esse o nível o défice é notório: urgências do

hospital de Leiria sistematicamente encerradas, elevados tempos de espera para cirurgias e consultas de especialidade, falta de médicos de saúde familiar nos centros de saúde o que conduz à dificuldade de agendamento de consultas em tempo oportuno”, salientam.

O PSD de Leiria congratula-se com a entrada de 38 médicos internos de formação geral, 21 médicos internos de formação específica e 12 médicos de formação em medicina geral e familiar e esperam que seja possível “promover a fixação destes profissionais no quadro dos estabelecimentos de saúde do concelho de Leiria”.

A SECÇÃO DO PSD DE CORUCHE APRESENTA CUMPRIMENTOS DE ANO NOVO

A Secção do PSD Coruche organizou uma jornada de trabalho, na primeira semana do ano, para apresentação de cumprimentos de Ano Novo e para que se inteirar das necessidades das instituições do concelho.

No Centro de Saúde de Coruche, recebidos por Mileta Gomes, coordenadora da Unidade de Saúde Familiar de Vale do Sorraia, os autarcas do PSD de Coruche, tiveram oportunidade de abordar as questões relativas ao RX que continua avariado e à abertura do SAP no período noturno, entre outros temas relacionados com recursos humanos e infraestruturas.

Na visita ao Quartel dos Bombeiros de Coruche, o 2.º comandante Luís Coelho apresentou os equipamentos à disposição da Corporação e as instalações, tendo a questão dos recursos disponíveis sido um dos temas, pois é fundamental garantir recursos humanos suficientes, para que se verifique um regular funcionamento de todos os serviços, salvaguardando o futuro.

Os autarcas visitaram ainda o Posto da GNR de Coruche, onde foram

recebidos pelo Comandante de Destacamento, Diogo Barreiros e o Comandante de Posto, Rui Sousa, sendo que após visitarem as instalações, demonstraram a preocupação com os atrasos verificados ano após ano, no início das obras urgentes e fundamentais. É com apreensão que se verifica que o Governo não avança com a obra e a Câmara Municipal de Coruche, que poderia assumir a obra como noutros Concelhos, não o faz por falta de confiança no Governo. O que é incompreensível.

Estas visitas permitiram aos autarcas do PSD, conhecer as principais necessidades ao nível da saúde, socorro da população e segurança, no Concelho de Coruche, munindo desta forma os mesmos para a sua atuação em cada um dos Órgãos onde estão eleitos, nomeadamente na Câmara Municipal e Assembleia Municipal.



Haverá um total empenho dos autarcas do PSD de Coruche na resolução das diferentes questões e preocupações abordadas e partilhadas.

Francisco Gaspar, Presidente da Secção do PSD de Coruche, deixou “um particular agradecimento às três instituições e aos excelentes profissionais que aí trabalham, que merecem a admiração e o respeito”.



JANTAR DE REIS/JANEIRAS DA SECÇÃO DE S. JOÃO DA MADEIRA

EMÍDIO SOUSA REIVINDICA PARA AVEIRO PARTE DOS RECURSOS QUE “ENVIA PARA LISBOA”

O Presidente da Distrital de Aveiro do PSD defende que a região deve exigir algum do dinheiro que “envia para Lisboa”, para fazer face às necessidades que apresenta.

Emídio Sousa falava no tradicional jantar de Reis/Janeiras, iniciativa promovida pela estrutura concelhia de S. João da Madeira, a quem lançou o repto de lutar pela vitória nas eleições autárquicas de 2025.

“Não temos outra opção que não seja ganhar a Câmara de S. João da Madeira em 2025”, afirmou Emídio Sousa, referindo-se à intervenção de Tiago Correia, líder da estrutura local do PSD, que acusara a Câmara Municipal de ainda não ter deixado uma marca positiva. Sustentou, mesmo, que o desiderato é possível, porque serão “os erros e a inércia da governação socialista” apontados que “conduzirão a uma vitória nossa”.

Emídio Sousa aludiu, precisamente, à diferença das políticas socialistas quando comparadas com as do PSD, sublinhando que “não é por acaso que o nosso país deu um salto no desenvolvimento com os governos de Cavaco Silva”, ao passo que “com o socialismo, isto andou para trás”.

“Temos 4,4 milhões de pobres em Portugal e, com mais dois ou três anos de socialismo, chegaremos aos cinco milhões. É isto que queremos, um país de pobrezinhos à espera de esmola do senhor Primeiro-Ministro? Não é isso que o PSD quer. O PSD quer que cada um de nós consiga levar a sua vida com dignidade, que cada um possa ter a sua casa, o seu carro ou o seu emprego bem remunerado”, acusou Emídio Sousa.

Para o Presidente da Distrital do PSD, “às vezes apetece desistir, porque quando os jovens emigram, estão a desistir de Portugal”. A esse propósito, venceu: “O PSD não pode desistir. Fomos sempre o partido das pessoas de garra, que não se deixam ir abaixo, pelo que temos de vencer Portugal e mostrar que somos capazes de fazer diferente”.

“Aveiro tem um PIB que, a ser igual no país, dar-nos ia um nível de vida igual ao da Suíça. A nossa região produz fortemente e também tem direito, de vez em quando, a algum

do muito dinheiro que envia para Lisboa”, sublinhou o líder da distrital.

Na mesma ocasião, Hugo Soares, Secretário-geral do PSD, defendeu um “caminho de proximidade, com os nossos militantes em primeiro lugar, mas com a sociedade civil, olhos nos olhos, dizendo aos portugueses que nós não nos resignamos a um país mais pobre, não queremos um país na cauda da Europa, queremos um país de salários altos e impostos

baixos, onde a iniciativa privada possa ter a sua oportunidade sem ser esmagada pela burocracia como é aqui”.

Já Tiago Correia, líder da concelhia sanjoanense, lamentou que PS governe “a cidade há cinco anos”, sem que se conheça qualquer “marca associada à sua governação, a não ser o anestesiar da nossa cidade e o empobrecimento do seu desenvolvimento”.



CÂMARA DO FUNCHAL INV DE CONJUNTO HA

A Câmara Municipal do Funchal vai
habitacional da Ribeira Grande, na
2025, anunciou o Presidente da au



INVESTI NA RECUPERAÇÃO HABITACIONAL

vai investir 1,1 milhão de euros na requalificação do conjunto habitacional da freguesia de Santo António, uma obra que deve estar concluída em janeiro, no dia 7 de janeiro.



“Tenho a certeza de que até 2025 vamos ter aqui um grande exemplo e um bairro completamente recuperado”, afirmou Pedro Calado durante a visita que efetuou aquele bairro camarário para visitar as obras efetuadas na primeira fase do projeto de requalificação.

A 1.ª fase da obra de requalificação do conjunto habitacional da Ribeira Grande, na freguesia de Santo António, uma promessa eleitoral do atual executivo, está concretizada. Trata-se de um investimento de 600 mil euros, com financiamento comunitário ao abrigo do Programa Operacional Regional ‘Madeira 14-20’.

O conjunto habitacional da Ribeira Grande, nos arredores do Funchal, foi construído há cerca de 40 anos e é composto por três blocos de 30 apartamentos cada, todos de tipologia 3.

Pedro Calado adiantou que a Câmara Municipal pretende desencadear a segunda fase desta requalificação no interior dos edifícios, um passo que vai ser “começado a planear em breve”, apontando que terá um custo estimado de 500 mil euros, pelo que o montante global vai “ascender a 1,1 milhões de euros”.

O responsável do principal município da Madeira mencionou que na primeira fase de intervenção foram realizadas obras de isolamento térmico e impermeabilização da cober-

tura com tela asfáltica nas paredes exteriores.

Também foram substituídas as caixilharias de alumínio, colocados painéis solares para aquecimento das águas sanitárias com energias renováveis, além de iluminação eficiente nas zonas comuns, com a substituição de todas as lâmpadas tradicionais por LED; medidas passivas de proteção solar, substituindo os atuais estores, por estores de alumínio térmico “permitindo uma melhoria, quer a nível térmico, quer acústico, além de outras intervenções”.

Segundo o autarca, o objetivo desta intervenção foi dar “um maior conforto” aos moradores e “permitir uma poupança de energia em toda a envolvente externa dos edifícios, reduzindo desta forma a fatura elétrica”.

Pedro Calado assegurou que “estas obras não vão afetar o preço das rendas” praticadas neste bairro camarário.

O Presidente recordou que a recuperação do complexo habitacional foi um dos compromissos que assumiu na campanha eleitoral, declarando: “A promessa está a ser concretizada”.

O autarca concluiu que lembrando que a autarquia “tem à sua responsabilidade 1.500 habitações e vai olhar por todas elas”.

PS INSISTE NA “REPETIÇÃO DE FALSIDADES” PARA ATAÇAR GOVERNO DOS AÇORES

Luís Maurício, vice-Presidente do PSD/Açores, condenou o Partido Socialista por insistir na “repetição de falsidades” para atacar o Governo Regional, lembrando que o Executivo já tem em execução os “maiores apoios sociais de sempre” para atenuar o impacto da crise inflacionista.

“O Orçamento da Região para 2023, que já está em execução e teve o voto contra do Partido Socialista, contempla os maiores apoios sociais de sempre e os impostos mais baixos do país. Graças à ação do Governo Regional, os açorianos estão mais protegidos para enfrentar o período de incerteza que se vive na Europa e no mundo. Mas o PS finge que estas medidas concretas não existem e insiste na repetição de falsidades”, afirmou.

Segundo o dirigente social-democrata, o Governo da Coligação PSD/CDS-PP/PPM “está a dar resposta às preocupações dos açorianos, pois estabeleceu como prioridade a proteção social ao reforçar os apoios às famílias e às pessoas com carências económicas, bem como à classe média dos Açores”.

“Para atenuar o impacto da crise inflacionista, o Governo dos Açores procedeu a aumentos substanciais do Complemento Regional de Abono de Família, da remuneração complementar, dos apoios da Ação Social Escolar ou do Complemento Especial para o Doente Oncológico”, frisou.

Luís Maurício lembrou também o reforço dos apoios aos idosos dos Açores, nomeadamente o aumento em 40%, desde o início da legislatura, do Complemento para a Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (COMPAMID), “muito acima da taxa de inflação”.

“Foi também o Governo da Coligação PSD/CDS-PP/PPM que reduziu o imposto sobre os produtos petrolíferos, garantindo que os Açores têm os combustíveis mais baratos do país. A mitigação da subida da

fatura energética passa também pelo Solenerge, o inovador programa regional de apoio à aquisição de sistemas solares fotovoltaicos, que está a registar uma grande adesão”, acrescentou.

O vice-Presidente do PSD/Açores destacou ainda a redução para 8,75% da taxa de IRC para as micro, pequenas e médias empresas açorianas, que está em vigor desde o início do ano e “permitirá dar mais um importante contributo para fortalecer o tecido empresarial da Região”.

“Este robusto conjunto de medidas do Governo Regional, que já está em execução, desmente as falsidades que o Partido Socialista repete diariamente só para tentar espalhar desinformação. O PS/Açores transformou-se no partido do pessimismo e do alarmismo. É um partido sem projeto político”, concluiu.



PICO

MARCO COSTA DEFENDE REFORÇO NO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM ALTITUDE

O deputado do PSD/Açores Marco Costa defendeu o reforço “no aproveitamento dos nossos recursos hídricos em altitude, como é o caso, em avaliação, do estudo da Lagoa do Paul, nas Lajes do Pico, que pretendemos avance logo que possível”, afirmou.

O social-democrata falava, dia 6 de janeiro, após a reunião da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CA-PADS), onde frisou “que é preciso estudar, desenvolver e implementar ações cada vez mais estruturantes para a gestão dos recursos hídricos em ilhas atlânticas”.

“A audição ao Diretor de Estudos e Planeamento da Empresa de Eletricidade da Madeira reforçou a posição do PSD e dos restantes partidos da Coligação (CDS-PP e PPM) que suporta o Governo Regional, que em julho apresentaram uma iniciativa legislativa nesse sentido”, sublinhou Marco Costa.

“Ficou demonstrado, ao nível técnico e ao nível da gestão sustentável dos recursos, que a aposta deve seguir no caminho de um novo modelo, assente no aproveitamento dos nossos altos níveis de pluviosidade, para depois os colocar disponíveis à utilização”, disse.

“Isso é, de facto, prioritário. Em primeiro lugar para o consumo humano, em segundo para termos os recursos ao dispor da agricultura e da alimentação animal, e num terceiro plano para a produção de energia”, acrescentou Marco Costa.

Para o deputado, “a situação da Lagoa do Paul é um exemplo de como, mesmo com reservas e balanços favoráveis, temos muitas debilidades na gestão dos nossos recursos hídricos”.

A iniciativa apresentada por PSD, CDS-PP e PPM visa “avaliar a gestão e o aproveitamento dos recursos hídricos, no caso da ilha do Pico, atentando às fragilidades motivadas pela exploração por perfuração e a sobre-exploração, que resultam em ocorrências de intrusão salina, prejudicando em muito a qualidade da água”, explicou.

Também, segundo Marco Costa, a audição “serviu para consolidar a satisfação pela aposta efetuada na Madeira, salientando-se o contributo técnico, numa visão transmitida de interação com os potenciais de produção de energia eólica”, concluiu.



PSD SUBSCREVE PROPOSTA PARA ELEVAR SÃO MATEUS DA CALHETA A VILA

O deputado do PSD/Açores Paulo Gomes anunciou, dia 9 de janeiro, a entrega no Parlamento de uma proposta para elevar São Mateus da Calheta, no concelho de Angra do Heroísmo, à categoria de vila, sendo a iniciativa subscrita por todos os grupos parlamentares e representações parlamentares.

“A iniciativa legislativa em causa tem um apoio unânime, o que é revelador do interesse da elevação em causa, significativa para a freguesia, para o concelho de Angra do Heroísmo, para a ilha Terceira e para a Região, que vê assim valorizada mais uma das suas localidades”, referiu o social-democrata.

“Foi muito importante, para mim, toda a abrangência da proposta”, frisou Paulo Gomes, que é também o presidente da Junta de Freguesia de São Mateus da Calheta, porquanto “em primeiro lugar esteve a importância da distinção para a própria freguesia, que passará a ter outra abrangência, outra responsabilidade e, naturalmente, um conjunto de outras ambições”, considerou.

“Depois, a elevação a vila decorre da vontade popular, pois foi um conjunto de cidadãos eleitores que

dirigiu uma petição à Assembleia Legislativa nesse sentido”, lembra o parlamentar.

“Fica assim salvaguardada a legitimidade da reivindicação levantada pelos peticionários, que era uma aspiração antiga da população de São Mateus, e que se fundamenta no facto de a freguesia possuir um conjunto de equipamentos e instituições nos domínios cultural, económico, social e patrimonial que justificam a sua elevação à condição de vila”, esclareceu Paulo Gomes, que é também Presidente da Junta de Freguesia de São Mateus da Calheta.

São Mateus da Calheta é uma freguesia costeira do concelho de Angra do Heroísmo, conhecida por ser uma localidade piscatória, assente no seu grande porto de pescas, o maior e mais importante foco de

desenvolvimento económico piscatório da ilha, com uma orla bem enquadrada e de fácil acesso, embora mais de 50% da sua população esteja afeta aos setores secundário e terciário.

O deputado do PSD/Açores recorda que “São Mateus é a freguesia mais populosa do concelho de Angra do Heroísmo, e tem registado um crescimento populacional contínuo. Em 1981 tinha uma população residente de 2 mil 929 pessoas, e nos Censos de 2021 apresenta uma população residente de 3 mil 789 pessoas”.

“Nos últimos 100 anos, São Mateus da Calheta esteve sempre entre as três freguesias mais populosas de Angra do Heroísmo e, na última década, foi sempre a freguesia angrése com mais habitantes”, reforça.

O social-democrata acrescenta que “o valor social, cultural, desportivo, institucional e empresarial da freguesia foi também fundamental para a unanimidade verificada”, podendo resumir-se a sua riqueza histórica “em duas qualidades, ainda hoje visíveis: por um lado, dos séculos XV e XVI, ter sido um importante baluarte militar e defensivo da costa sul da ilha. Por outro lado, desde o seu povoamento e por via do acesso privilegiado ao mar pelas baías do Negrito e da Calheta que lhe dá nome, foi um rico entreposto cultural, pelo número de quintas e casas senhoriais, que ainda hoje existem”, adianta Paulo Gomes.

MADEIRA ISENTA AGRICULTORES DO PAGAMENTO DE ALGUMAS TAXAS

O Governo Regional da Madeira decidiu isentar os agricultores da ilha do Porto Santo do pagamento das tarifas relativas ao fornecimento de fruteiras processadas e multiplicadas no laboratório de micropropagação e/ou em viveiros.

O executivo madeirense esclarece que a medida é válida durante o ano de 2023 e decorre da “prescrição agronómica” da Direção de Serviços de Desenvolvimento Agronómico da Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

A decisão foi tomada em reunião do Conselho do Governo Regional, que decorreu no Funchal, na qual foi também deliberado isentar todos os agricultores da região autónoma do pagamento de taxas relativas aos serviços de podas e enxertias, desde que o requeiram.

Entre outras deliberações, o executivo liderado por Miguel Albuquerque aprovou a diretiva que estabelece o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais da Região Autónoma da Madeira.

Por outro lado, foi autorizada a venda por ajuste direto de três prédios rústicos, localizados nos concelhos de São Vicente (norte da ilha) e Machico (zona leste), pelo valor total de 56 mil euros.

GOVERNO DA MADEIRA DEFENDE COMPENSAÇÃO POR SOBRECUSTOS NA SAÚDE

Miguel Albuquerque defende que a Madeira deve ser compensada pelos sobrecustos na saúde, criticando que o Estado não esteja a cumprir o que está consagrado na Constituição da República.

Falando na cerimónia de recepção dos 79 jovens médicos internos que iniciaram, dia 2 de janeiro, a sua formação no Serviço Regional de Saúde (Sesaram), Miguel Albuquerque disse que, “neste momento, o Estado não tem qualquer responsabilidade nos gastos da saúde quer na Madeira, quer nos Açores”.

“O Estado não cumpre a Constituição nesta área. A transferência dos serviços de saúde e de educação não significa, no quadro constitucional, que o Estado fique isento de contribuir ou assegurar a realização do direito à saúde nas regiões autónomas”, afirmou, no Funchal.

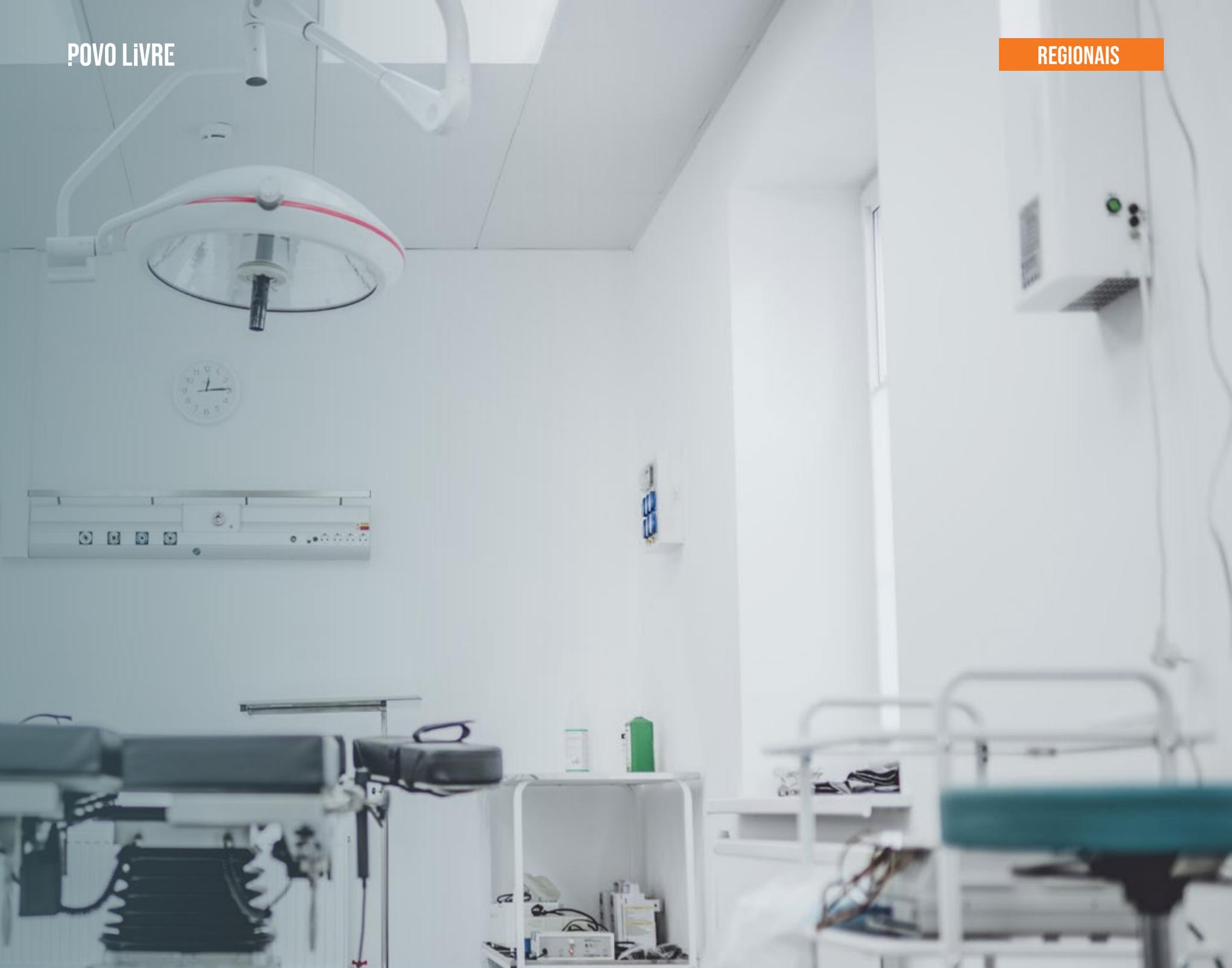
De acordo com o Presidente do Governo Regional, o custo de cuidados de saúde por utente na Madeira é

34% superior em relação ao do continente, um “acréscimo de custos que nunca foi compensado”.

Miguel Albuquerque salientou, por isso, que “um dos grandes desafios” no âmbito da revisão da Lei das Finanças Regionais é definir uma forma de financiamento nesta área.

Para o chefe do executivo regional, é necessário “avaliar rigorosamente esses 34% e depois negociar” uma forma de a Madeira ser compensada, “no quadro da Constituição”.

O Sesaram recebeu 79 médicos internos, 40 de formação geral e 39 de formação especializada, numa cerimónia que contou também com a presença do secretário regional da Saúde, Pedro Ramos, entre outras entidades.



PS regional está em “estado catatónico”

O Presidente do Governo da Madeira considera que o PS regional está em “estado catatónico” e refutou as acusações de negligência feitas ao executivo sobre a interrupção das ligações marítimas com o Porto Santo este mês.

“O principal partido da oposição [madeirense] está num estado catatónico, porque todo o discurso deste principal partido da oposição não se foca naquilo que são as questões cruciais que neste momento estão a prejudicar a Madeira”, afirmou.

Miguel Albuquerque falava à margem de uma visita a uma empresa, no Funchal, onde reagiu às críticas feitas pelo PS/Madeira no domingo, que acusou o chefe do executivo regional de negligência por não arranjar uma solução para colmatar a falta de ligações marítimas com

o Porto Santo durante a paragem anual do navio para manutenção.

“O ‘ferry’ tem de ter manutenção. Os custos de trazer um novo ‘ferry’ para a Madeira por um mês para operar na linha são exuberantes, são incomportáveis”, esclareceu o governante insular.

Miguel Albuquerque explicou, por outro lado, que durante o período de manutenção do navio ‘Lobo Marinho’, operado pela empresa Porto Santo Line (PSL), estão assegurados 50 lugares por dia para os residentes no Porto Santo na operação aérea entre ilhas a 10 euros.

“No último ano, estes 50 lugares disponibilizados por dia tiveram uma ocupação na ordem dos 20%”, disse, indicando que o transporte de bens também está assegurado.

“Portanto, há uma alternativa”, reforçou, para logo acrescentar: “Não vale a pena estarmos a inventar. É fundamental que o ‘Lobo Marinho’ tenha uma operação de manutenção”.

O navio “Lobo Marinho”, com capacidade para 1.150 passageiros e 145 viaturas, fez a última viagem em 04 de janeiro e rumou aos estaleiros de Viana do Castelo para a operação de manutenção anual, uma intervenção que tem este ano, segundo a PSL, um custo estimado de 1,4 milhões de euros, interrompendo as viagens durante cinco semanas.

7 Janeiro 1981

O que é o terceiro-mundismo — I

Iniciamos hoje a publicação de uma parte do livro "Política Externa Portuguesa" da autoria de António Maria Pereira.

O excerto que hoje publicamos trata da definição do conceito de terceiro-mundismo, palavra muito frequente no vocabulário político recente em Portugal mas cujo sentido não tem sido aprofundado.

Através da sua História, Portugal tem continuamente sentido o forte apelo das África. Nas suas plagas e nos seus mares espelhou a época que o marcou para sempre na História da humanidade.

Por isso os desertos africanos que sofreram trabalhos africanos sempre em crises profundas de identidade nacional, geradoras de traumas colectivos os quais, por sua vez, produzem fenómenos compensatórios do tipo hali-cinástico: Alecker Quibé deu origem ao Sebastianismo; a descolonização foi a matriz do terceiro-mundismo.

Aconteceu que os homens politicamente inábeis que fizeram a revolução de Abril, após três anos de guerras africanas sem esperança — durante os quais viveram dia-a-dia as lutas dos movimentos de libertação, embulos de ideologia marxista — ao assumirem revolucionariamente o poder em Portugal, traziam consigo, como projecto político, o único que haviam conhecido: o socialismo africano que, uma vez imposto, se transformou em terceiro-mundismo, com doses mais ou menos acentuadas de marxismo.

Por isso os capitães de Abril, sobretudo a sua ala mais radical que, a partir da crise de 28 de Setembro de 1974, acabou por se impor à ala apolítica, ao transpor para o continente as suas imagens africanas, consideraram que o MFA devia ter em Portugal uma missão de libertação semelhante à dos movimentos de libertação africanos, dado que o povo português, pelo seu atraso, estava numa situação muito próxima da dos povos africanos que haviam ascendido à independência optando pelo socialismo marxista. O terceiro-mundismo marxista era, por isso, a solução política adequada para o povo português.

Esta concepção foi afirmada

numerosas vezes durante o processo revolucionário pelos ideólogos progressistas e, designadamente, no Plano de Acção Política do MFA, proclamada em Junho de 1975, cujo principal mentor foi o conselheiro presidencial, tenente-coronel Melo Antunes. Nesse plano, depois de, no n.º 1, se definir o MFA como "Movimento de Libertação do povo português votado a um processo de descolonização interna o qual só se conseguirá através da construção de uma sociedade socialista", afirma-se mais adiante a "vocação histórica de Portugal para elo de ligação entre os povos europeus e os países do Terceiro Mundo".

2 — A nova ordem Internacional

As constatações, e na África com a impressionante miséria dos povos africanos, os capitães de Abril tomaram consciência de um dos mais graves problemas da actualidade: a profunda desigualdade existente entre as Nações do Sul — "grasso modo" o Terceiro Mundo, constituído pelos países em vias de desenvolvimento — e os do Norte.

Como se vê no relatório da Comissão para os Problemas do Desenvolvimento, presidida por Willy Brandt, intitulado "Norte-Sul — um programa de sobrevivência", o Norte, incluindo o Leste Europeu, possui um quarto da população mundial e 4/5 dos seus rendimentos; o Sul, incluindo a China tem, 3 bilhões de habitantes ou seja, 3/4 da população mundial, mas dispõe apenas de 1/5 do rendimento mundial. No Norte, raramente um ser humano tem fome e recebe uma instrução que val, pelo menos, até ao ensino secundário. Nos países do Sul, a grande maioria das pessoas têm uma esperança de vida próxima dos 50 anos; nos países mais pobres, uma criança em cinco morre antes de atingir 5 anos, 1/5, pelo menos, de toda a população do Sul sofre de fome e de má nutrição; metade dessa população não tem nenhuma possibilidade de um dia aprender a ler e escrever.

Na origem destas diferenças está a desigualdade fundamental da força económica. Não é apenas o facto de o Norte ser de tal maneira mais rico que o Sul; possui mais de 90 por cento da indústria mundial de fabrico. A maior parte das patentes e a nova tecnologia são propriedade das sociedades multinacionais do Norte, as quais controlam uma grande parte de investimentos e do comércio mundial de matérias-primas e de produtos manufacturados. Este poderio permite aos países do Norte dominar o sistema económico internacional, as suas regras e as suas leis, as suas instituições em matéria de comércio, de dinheiro e de finanças.

Por um elemento de solidariedade, mas também porque esta desigualdade gera uma situação explosiva, as nações do Norte compreenderam a urgência imperiosa de uma acção tendente a reduzir o fosso existente entre os dois mundos.

Já em 1972 McNamara, presidente, até há pouco, do Banco Mundial, tinha feito um aviso



Através de uma evolução semântica o termo terceiro-mundista

por ANTÓNIO MARIA PEREIRA

seleção: "Há um sério problema Norte-Sul. Essa clivagem constitui uma fenda sísmica aberta na crosta sociológica do planeta. Pode produzir e vai produzir estronhas e abalos terríveis. Se as nações ricas não fizerem mais para colmatar essa fenda entre a demagogia próspera metade Norte do planeta e o hemisfério Sul faminto, ninguém estará, ao fim e ao cabo em segurança, por muito importantes que sejam os stocks de armamento".

Para tentar resolver este problema crucial, tem vindo a desenvolver-se com exasperada lentidão o chamado diálogo Norte-Sul onde são equacionados numerosos problemas que vão da aceleração de transferência financeira e de tecnologia para os países em vias de desenvolvimento, até à reforma do sistema monetário internacional, ao estabelecimento de regras de conduta para as multinacionais, à política da OPEP, etc.

O reconhecimento de que há uma profunda desigualdade entre o Norte e o Sul, que exige a continuação e o aprofundamento do diálogo em ordem à construção de uma Nova Ordem Mundial é hoje pacificamente aceite por todos os homens conscientes, os quais, nem por isso, se poderão qualificar de terceiro-mundistas, com o significado que a palavra actualmente encerra na linguagem política.

Certas correntes de pensamento, de formação marxista, partindo da verificação das diferenças existentes entre o Norte e o Sul, e aplicando-lhe o método de análise marxista, chegaram à conclusão de que no mundo actual a luta de classes — que é, como se sabe, em termos marxistas, o factor dinamizador do progresso social —, foi substituída pelo antagonismo entre o Norte desenvolvido e o Sul, onde vive o novo proletariado, constituído pelos povos do Terceiro Mundo. Como escreveu Melo Antunes "o aprofundamento da análise leva à conclusão de que a principal contradição do mundo contemporâneo é a contradição que se desenvolve segundo um eixo Norte-Sul, oposto "desenvolvido" e "subdesenvolvido" e não já a clássica contradição Leste-Oeste entre sistemas políticos e sociais diferentes" (1).

A interpretação marxista da problemática Norte-Sul não acarreta, em si mesma, inconvenientes de maior para os interesses portugueses. A questão já passa porém a ser grave no plano nacional quando os responsáveis políticos que têm a seu cargo a política externa, possuídos de espírito messiânico, passam a considerar o novo objectivo da construção da Nova Ordem Internacional como vector prioritário da política externa ao qual, se neces-

siário, se deverão sacrificar os outros interesses nacionais.

Entre esses interesses nacionais sacrificados ao ideal da Nova Ordem Internacional conta-se, antes de mais, o da defesa perante o expansionismo soviético. Porque, para esses modernos marxistas (que, na realidade, actuam como "companions de route" dos comunistas) uma das premissas indispensáveis é de que o expansionismo soviético não existe, uma vez que o único grande problema mundial é o da construção da Nova Ordem Internacional, o único "imperialismo", o único "nortio-americano, e quem não pensa assim não passa de anti-comunista primário.

Através de uma evolução semântica o termo terceiro-mundista

aplica-se actualmente a esta corrente de pensamento, que tem tenazmente persistido em Portugal desde a Revolução e o seu principal ideólogo é o conselheiro presidencial tenente-coronel Melo Antunes, com quem muito aprenderam e continuam a aprender o general Ramalho Eanes e todos os restantes membros do grupo político-militar do chamado "Grupo dos Nove" institucionalizado no Conselho da Revolução, cujo peso político na sociedade portuguesa se continua a fazer sentir em termos altamente negativos para a democracia plena a que o País aspira.

3 — Os postulados terceiro-mundistas

Jean-François Revel, que analisou com penetrante lucidez o fenómeno do terceiro-mundismo, considera que a doutrina assenta em três postulados que definiu nestes termos:

"O primeiro destes postulados é que não existe nenhuma possibilidade de melhoria do sis-

tema" termo vago que, segundo parece, se aplica tanto ao capitalismo suéco como ao brasileiro, aquele do primeiro quartel do século XIX e este do último quartel do século XX. Suprimem-se as diferenças entre os períodos da História e as regiões do Mundo, na preveridade intrínseca e uniforme do "sistema". Quando o "sistema" é duro para os trabalhadores, explora-os; quando lhes dá relativo bem-estar, "recupera-os". Dai se infere que todo o reformismo é irrisório. Nunca houve, não pode haver verdadeira melhoria, pelo menos melhorias que não esconda uma nova armadilha. É necessário "destruir o sistema", sem o que tudo o resto é vão.

"O segundo postulado é que a destruição do "sistema" é prioritária, sendo o sistema, bem entendido, o capitalismo e só ele. A missão de o abarcar tem prioridade sobre as liberdades, a democracia, o legalismo, as eleições, os Direitos do Homem".

"O terceiro postulado é que o único imperialismo que existe provém do capitalismo. Dai resulta que o imperialismo por excelência é o imperialismo americano, eventualmente secundado por alguns fantoches neocapitalistas pseudodemocráticos. Em todos os pontos do globo o imperialismo é simplesmente sinónimo de Estados Unidos.

O credo condensado nestes três postulados constitui uma espécie de marxismo — pidgin (2). Este credo de base, que por vezes nem sequer pode ser contestado, é uma carta branca intelectual e política; exerce uma influência permanente no sentido de uma estalinização do poder económico e do poder político. Contribuiu para justificar todas as formas autoritárias do poder, desde que os seus organizadores recorram a um programa vagamente socialista, mesmo que, com a continuação, se revelem completamente incapazes de o pôr em prática, ou, mais banalmente, incapazes de governar. Mas mesmo depois da derrota, que em geral precipita no mesmo abismo os rudimentos de prosperidade económica que podiam já existir e as liberdades dos cidadãos, o caudilhismo arcaico vestido de retórica marxista diz-se não culpado, porque existe sempre um "imperialismo" para desculpá-los todos os seus malogros. (3)

O não-alinhamento

Em política externa o terceiro-mundismo advoga o não-alinhamento e exclui a adesão a qualquer dos grandes blocos militares (NATO e Pacto de Varsóvia) bem como o fim das bases militares de potências "imperialistas" (entenda-se, dos Estados Unidos) em países estrangeiros.

Além disso, os países não-alinhados declaram-se "anti-imperialistas", "anticolonialistas" e "antineocolonialistas", lutam pelo desarmamento internacional e pregam a cooperação entre os países do terceiro mundo.

Na sua origem, nos tempos dos seus inspiradores, que foram Tito, Neto, Nasser e Sukarno, a cujos esforços se deve a realização da Conferência de Bandung em Abril de 1955, os países não-alinhados tinham efectivamente como ideal o neutralismo perante os grandes blocos político-militares.

Mas, entretanto, particularmente a partir da última cimeira dos não-alinhados de Cuba, em 1978, presidida por Fidel Castro, o movimento passou a ser sobretudo influenciado pelos países mais radicais, pertencentes à esfera soviética. Recordando que os movimentos de libertação têm sido auxiliados, sobretudo, pelos soviéticos, nas suas lutas pela independência, Fidel Castro repetidamente proclamou o novo "logar" do movimento: a União Soviética é um aliado natural dos países do terceiro mundo.

Compreende-se assim que o terceiro-mundismo cada vez mais se traduzia, num tratamento preferencial, ou, pelo menos, de simpatia para com os partidos comunistas. O que explica, no caso português, que as relações entre as ex-colónias tornadas independentes e Portugal se tenham processado fundamentalmente através de um interlocutor privilegiado: o Partido Comunista Português.

(1) in "O Jornal" (16-2-79)

(2) O pidgin é uma mistura de várias línguas — inglesa, chinesa, indiana, línguas africanas — utilizado como instrumento de comunicação rudimentar, à semelhança dos saberes (mistura de línguas mediterrâneas com o árabe).

(3) in "Tentação Totalitária" (pág. 112)

A Grécia no Mercado Comum

(Continuação de pág. 4)

particularmente importantes nos sectores agrícola e industrial. A agricultura desempenha um papel muito maior na economia helénica do que no resto da Comunidade Europeia. Na Grécia, ela emprega 36% da população activa (contra 7,6% na CEE) e representa cerca de 17% do Produto Nacional Bruto (contra 4,4% no resto da CEE). Os produtos agrícolas constituem 34% das exportações gregas (contra 7,7% para os outros países do Mercado Comum) e a maior parte dos produtos gregos, tais como azeite, vinho, fruta e legumes são já considerados como sensíveis na agricultura europeia.

Debates difíceis

Para o período de transição que durou cinco anos (e mesmo sete, para certos produtos), Atenas obtinha para os seus produtos que beneficiarão da "Europa Verde" preços bastante elevados. Os Nove censuraram-lhe ter artificialmente empolado os seus preços agrícolas, de há dois anos a esta parte, para aproveitar estes preços garantidos altos, e, por outro lado, para reduzir as taxas que atingem as trocas Grécia-Europa dos Nove durante este período (montantes compensatórios de adesão). Os Nove recelam que as

novas garantias comunitárias levem a Grécia a aumentar a sua produção e a provocar novos excedentes. No plano industrial, do lado ocidental, a entrada da Grécia na CEE não terá consequências, porque os produtos helénicos são já dispensados de direitos alfandegários desde 1968.

Atenas deverá eliminar progressivamente, até Janeiro de 1986, as barreiras aduaneiras, que atingem ainda um terço das suas importações industriais vindas dos "Nove", e deverá suprir desde Janeiro de 1981 todas as restrições quantitativas (contingentes) limitando estas importações, salvo para 14 produtos (dos quais caldeiras, autocarros e aparelhos de televisão).

A Grécia sofrerá a concorrência dos países que assinaram acordos comerciais com carácter preferencial com a CEE (nomeadamente os países da Associação Europeia de Comércio Livre, países mediterrânicos e países africanos signatários da Convenção de Lomé).

A Grécia deverá em particular participar no acordo da associação CEE-Turquia. Mas as exportações de produtos têxteis gregos para os nove, que estavam submetidas até agora a contingentações, serão libertadas. Os Nove poderão, todavia, usar a "cláusula de salvaguarda", que

dizer, interrompê-las, se ameaçarem as suas próprias indústrias.

A livre circulação dos trabalhadores gregos na CEE não está prevista antes de 1988.

Enquanto a CEE tiver que fazer face à recessão económica geral do Mundo Ocidental e proceder durante o segundo semestre de 1981 a uma difícil reorganização da sua política agrícola comum, os debates dos conselhos dos ministros dos "Dez", em Bruxelas, prometem ser difíceis. E isto quanto mais os dirigentes helénicos já participaram a sua vontade de "defender o que consideram os interesses superiores" da Grécia.



EDIÇÃO N.º 338 do "Povo Livre" | de 7 de janeiro de 1981

"O que é o terceiro-mundismo — I". O "Povo Livre" iniciava a publicação de um trecho do livro intitulado "Política Externa Portuguesa", de António Maria Pereira, histórico do partido, deputado à Assembleia da República na I, V e VI Legislatura, advogado especializado em Direito da Propriedade Intelectual, fundador da sociedade PLMJ.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO

TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, a reunir no próximo **dia 16 de janeiro (segunda-feira) de 2023, pelas 21H00**, no Pavilhão Centro de Portugal, sita na Av. da Lousã – Parque Verde do Mondego, em Coimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política, com a presença do Presidente do PSD, Dr. Luis Montenegro.

SECÇÕES

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento Nacional do PSD, convoca-se os Militantes da Secção de Estremoz, para reunir em Assembleia no **dia 20 de Janeiro (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede Concelhia do PSD de Estremoz, sita no Largo Dragões de Olivença, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Situação atual e futura da Sede;
2. Outros.

ÉVORA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PPD/PSD - Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Évora, para reunir no próximo **dia 28 de janeiro de 2023 (sábado), pelas 17H00**, no Évora Hotel, sita na Av. Túlio Espanca, Évora, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Relatório e Contas de 2022;
3. Orçamento e Plano Atividades de 2023;
4. Outros Assuntos.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir no próximo **dia 20 de janeiro, (sexta-feira) pelas 21H00**, na Sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política
2. Outros assuntos

MAIA

Convoca-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção Concelhia da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo **dia 31 de janeiro (terça-feira) de 2023, com início às 21H00**, Sede Concelhia, sita na Rua Eng. Duarte Pacheco, 987 -Cidade da Maia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e aprovação das Contas da Secção referentes ao ano de 2022;

2. Apresentação e aprovação do Orçamento da Secção para o ano de 2023;
3. Análise da situação política;
4. Diversos.

MONTIJO

Pedro Nuno da Silva, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Secção do Montijo, de acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, vem pela presente, convocar a Assembleia de Secção de Montijo, a realizar no **dia 28 de janeiro (sábado) de 2023, pelas 21H00**, no Edifício da Galeria Municipal sita na Rua Almirante Cândido dos Reis nº 12 – Junto à Praça da República, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Aprovação das contas de 2022;
3. Informações.

OLIVEIRA DE AZEMEIS

De acordo com os Estatutos Nacionais e demais regulamentos, convoca-se todos os militantes da Secção de Oliveira de Azeméis, para se reunirem no próximo **dia 3 de fevereiro (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Soares de Basto, nº 150 Oliveira de Azeméis, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do Plano de Atividades de 2023;
2. Análise, discussão e avaliação política local e nacional;
3. Discussão de outros de interesse para o PSD de Oliveira de Azeméis

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte da Barca, para reunir no próximo **dia 11 de fevereiro (sábado) de 2023, às 14H00** na Sede do PSD Ponte da Barca, sita na Praça Dr. António Lacerda, nº 4, Ponte da Barca, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção para o biénio 2023-2025.
- Notas: As listas candidatas deverão ser entregues na Sede Concelhia do PSD de Ponte da Barca, até às 23H59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.
- O ato eleitoral decorrerá entre as 14H00 e as 18H00.

SABROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Sabrosa, para reunir no próximo **dia 11 de fevereiro (sábado) de 2023, pelas 16H00**, na Sede Distrital do PSD Vila Real, sita na Av. da Europa, Edf. Encosta do Rio, Entrada 7-2º Vila Real, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
 2. Eleição da Comissão Política de secção.
- Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital sita na Av. da Europa, Edf. Encosta do Rio, entrada 7-2º Vila Real, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, das 22H00 às 24H00.

As urnas estarão abertas das 16H00 às 18H00.

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção de Sever do Vouga, para reunir no próximo **dia 21 de janeiro (sexta-feira) de 2023, pelas 15H00**, na Sede Concelhia, sita na Rua do Casal com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação político-partidária e pronúncia quanto à estratégia política a desenvolver na Secção.
2. Outros assuntos.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Plenária de Militantes da Secção Concelhia de Sintra, para reunir no **dia 19 de janeiro (quinta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede de Secção Concelhia de Sintra, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, n.º 7 r/c, Portela Sintra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação patrimonial e financeira da Secção de Sintra;
3. Análise da situação política.

TABUAÇO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção Concelhia de Tabuaço, concelho de Tabuaço, distrito de Viseu, para reunirem no **dia 17 de fevereiro (sexta-feira) de 2023, pelas 19H00**, na Sede Concelhia sita Largo do Cruzeiro em Tabuaço, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição dos Órgãos de Secção de Tabuaço.
- Notas: O processo eleitoral decorrerá, na Sede Concelhia, Largo do Cruzeiro em Tabuaço, das 19H00 às 21H00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do dia 14 de fevereiro, na Sede concelhia do PSD de Tabuaço.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Viseu para reunir, no **dia 23 de janeiro (segunda-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede Distrital e Concelhia do Partido, sita à Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja nº 9, Edifício Vasco da Gama, Viseu, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política partidária;
2. Aprovar o orçamento e plano para 2023;
3. Outros assuntos.

NÚCLEOS

CARCAVELOS E PAREDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Carcavelos e Parede, para reunir, no **dia 16 de fevereiro (quinta-feira) de 2023, às 17H00** na Sede do PSD de Cascais sita na Rua Jogo da Bola, nº 27 Cave-Esq., em Carcavelos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único. Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial do PSD de Carcavelos e Parede.

Notas: As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente do Núcleo Residencial de Carcavelos e Parede. ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Para esse efeito dever-se-á contatar o seguinte número .968016622.

As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 21H00.

QUARTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes do Núcleo do PSD de Quarteira, do Concelho de Loulé, Distrito de Faro, para reunir **dia 11 de fevereiro (sexta-feira) de 2023**, sita na Rua Egas Moniz, Edif. São Brás R/C Dt. Quarteira, pelas 15H00 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD Quarteira.

Notas: O ato eleitoral decorrerá das 15H00 às 18H00.

As listas candidatas, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede de Secção do PSD Loulé.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO

SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

DISTRITAIS

ALBUFEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Albufeira para reunir no **dia 11 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Albufeira, sita na Estrada de Vale Pedras - Edif. Palmeira - 1º J, 8201 - 917 Albufeira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Albufeira;

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Estrada de Vale Pedras – Edif. Palmeira – 1º J, 8201 – 917 Albufeira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de secção da JSD Abrantes para reunião no próximo **dia 11 de fevereiro de 2023, pelas 10h00**, na sede do PSD Abrantes, sita na Rua de São Pedro, 22 - 1º A 2200 - 398 Abrantes, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário da JSD Abrantes.
Notas: O acto eleitoral realizar-se-á entre as 10h00 e as 12h00, devendo as listas de candidatos ser enviadas à Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59 horas do sétimo dia anterior ao começo dos trabalhos (04/02) através do e-mail ricardojmcarlos@gmail.com

CRATO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia do Crato para reunirem no **dia 11 de fevereiro de 2023, às 15h00**, na sede do PSD Distrital de Portalegre, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra nº17, 7300-097 Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 15 horas e as 17 horas. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Faro para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Faro, sita no Beco Frei André Álvares, nº 56 – 8000-285 Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Faro;

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita no Beco Frei André Álvares, nº 56 – 8000-285 Faro, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia do Fronteira para reunirem no **dia 11 de fevereiro de 2023, às 15h00**, no Arquivo Municipal, sita na Rua D. Francisco de Portugal, nº 21, Fronteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 15 horas e as 17 horas. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Lagos para reunir no **dia 11 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Lagos, sita na Rua Soeiro da Costa, 48 – 50, 8600 – 624 Lagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Lagos;

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Soeiro da Costa, 48 – 50, 8600 – 624 Lagos, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Loulé para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Loulé, sita na Rua Antero de Quental, nº 6 D, 8100- 538 Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Loulé;

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Antero de Quental, nº 6 D, 8100- 538 Loulé, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 21/12/2022

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Lousada, para reunirem no **dia 04 de fevereiro de 2023, pelas 17h30**, na sede do PSD Lousada, sita na Rua do Tojeiro, N.º 121, Lousada com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da JSD Lousada.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 17h30 e as 19h30. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Lousada ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 21/12/2022

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia para reunirem no **dia 5 de fevereiro de 2023, (domingo) entre as 17h30 e as 19h30**, na Sede PSD/JSD Montijo, sita na Praça da República n.º 23, 2870-235 Montijo com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Plenário ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da Murtosa, para reunir no próximo **dia 25 de Fevereiro de 2023 (sábado)**, na sede da Secção da Murtosa do PSD, sita na Praça Jaime Afreixo, n.º 6 - A, Pardelhas - Murtosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: – Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa de Plenário Concelhia da JSD da Murtosa.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Plenário ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h00m às 16 horas.

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Olhão para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Olhão, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 – R/ch Dto, 8700 – 313 Olhão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Olhão;

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 – R/ch Dto, 8700 – 313 Olhão, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, são convocados todos os militantes da JSD Ovar para reunir em Plenário de Militantes Concelhio, no **dia 25 de fevereiro de 2023, pelas 14h00**, na Sede da Secção de Ovar do Partido Social Democrata, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 1ºEsq - Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da Concelhia da JSD Ovar.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 16h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Ovar ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, através de via digital, para o email jorgemosilva14@gmail.com.

É solicitado que todos os votantes apresentem um documento de identificação (tipo CC) no momento da votação.

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Palmela, para reunir no próximo **dia 25 de fevereiro pelas 17 horas**, na sede do PSD de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq. 2900-107 Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: - Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia da JSD Palmela.

As urnas estarão abertas das 17 horas às 19 horas.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede do PSD de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq. 2900-107 Setúbal.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral em vigor, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD de Paços de Ferreira para reunir no **dia 17 de Fevereiro de 2023 (sexta-feira), entre as 21h00 e as 23h00**, na Sede da JSD de Paços de Ferreira, sita na Avenida dos Bombeiros Voluntários, N.º 221, 4590-580, Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Órgãos Concelhios da JSD de Paços de Ferreira, para o mandato 2023-2025.

Nota: As listas candidatas devem ser entregues ao Vice-Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua, na sede concelhia da JSD Paços de Ferreira, sita na Avenida dos Bombeiros Voluntários, N.º 221, 4590-580, Paços de Ferreira, entre as 21h30 e as 24h00 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção de Pombal, para uma sessão ordinária, a realizar no próximo **dia 12 de fevereiro de 2023, domingo, entre as 14h30 e as 16h30**, na sede do PSD/Pombal, sita na rua Dr. Luís Torres, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário e da Comissão Política de Concelhia de Pombal.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues, na sede de Secção, à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A sede estará aberta para o efeito entre as 21h00 e as 24h00.

As urnas estarão abertas entre as 14h30 e as 16h30.

PONTE DA BARCA

Convocam-se ao abrigo dos estatutos da JSD, todos os militantes da secção da JSD Ponte da Barca, dotados com capacidade eleitoral ativa, para reunir em assembleia no **dia 11 de Fevereiro de 2023, pelas 14:00h**, na Sede do Partido Social Democrata de Ponte da Barca, sita na Praça Dr. António Lacerda, Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia de Ponte da Barca.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 14h00 e as 18h00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral na sede Concelhia da JSD.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Portalegre para reunirem no **dia 11 de fevereiro de 2023, às 14h00**, na sede do PSD Distrital de Portalegre, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra n.º17, 7300-097 Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário Concelhios

Nota: As urnas estarão abertas entre as 14 horas e as 19 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Portimão para reunir no **dia 11 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Portimão, sita na Rua João Simões Tavares - Lt 10 - Apartamento 005, 8500 – 293 Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Portimão;

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua João Simões Tavares - Lt 10 - Apartamento 005, 8500 – 293 Portimão ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio a reunir-se no **dia 11 de Fevereiro de 2022 (sábado), pelas 15h**, na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º18, 4520-201 Santa Maria da Feira com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da JSD Concelhia de Santa Maria da Feira.

Notas: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h e as 17h. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos n.º18, 4520-201 Santa Maria da Feira, ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Concelhia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de São Brás de Alportel para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD São Brás de Alportel, sita na Rua Poeta Bernardo Passos, 29/31, 8150 – 025 São Brás de Alportel, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD São Brás de Alportel;

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Poeta Bernardo Passos, 29/31, 8150 – 025 São Brás de Alportel, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Setúbal, para reunir no próximo **dia 25 de fevereiro pelas 17 horas**, na sede do PSD de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1.º Esq. 2900-107 Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: - Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia da JSD Setúbal.

As urnas estarão abertas das 17 horas às 19 horas.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede do PSD de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1.º Esq. 2900-107 Setúbal.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 21/12/2022 SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Sobral de Monte Agraço, para reunir no próximo **dia 4 de Fevereiro de 2023, sábado, pelas 17 horas**, na Sede do PSD de Sobral de Monte Agraço, sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral n.º 9, Esquerdo, 2590-021, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Sobral de Monte Agraço.

Nota: as listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional, ou a quem o estatutariamente substitua, até às 23:59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Tavira para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Tavira, sita na Rua Dr Silvestre Falcão, Lote 4 – 1.º J, 8800 – 360 Tavira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Tavira.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4 – 1.º J, 8800 – 360 Tavira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Vila Franca de Xira para reunir no **dia 25 de Fevereiro de 2023 (sábado), pelas 14:00**, na sede do PSD VFX, sita na Rua da Praia 63 em Vila Franca de Xira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário Concelhio da JSD de Vila Franca de Xira.

Notas: As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD VFX ou a quem a substitua estatutaria-

mente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na morada supra citada, respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.

O ato eleitoral decorrerá entre as 14:00 e as 18:00.

VILA NOVA DE FAMALICÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Vila Nova de Famalicção para o Plenário Concelhio a realizar no próximo **dia 11 de Fevereiro de 2023, pelas 18h**, na sede do PSD, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 - 3.º Sala 14, 4760-114 Vila Nova de Famalicção, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário;

Notas: As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD V.N.Famalicção ou a quem a substitua estatutariamente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na morada supra citada, respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.

O ato eleitoral decorrerá entre as 18:00 e as 20:00.

ERRATA LOCAL

III CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

Nos termos do artigo 29.º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata (EN-JSD), convocam-se os membros do Conselho Nacional para a terceira reunião ordinária do órgão em apreço, a ter lugar no **dia 21 de Janeiro de 2023 (sábado), a partir das 15h00**, no Beja Parque Hotel, sita na Rua Francisco Miguel Duarte, n.º 1, em Beja, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política e balanço da actividade da Comissão Política Nacional, nos termos da al. b) do artigo 27.º e do artigo 30.º dos ENJSD.
- 3 – Apresentação, discussão e votação do Orçamento da JSD, nos termos da al. l) do artigo 27.º dos ENJSD.
- 4 – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Contas da JSD, nos termos da al. l) do artigo 27.º dos ENJSD.
- 5 – Outros assuntos.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Estarreja, para reunir no próximo **dia 21 de janeiro de 2023 (sábado), pelas 14h00m**, em formato de videoconferência, através da Plataforma Microsoft Teams, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço de atividades;
- 2 – Discussão das atividades da JSD Estarreja 2023;
- 3 – Análise da situação política no município de Estarreja;
- 4 – Outros assuntos de interesse.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no **dia 21 de janeiro de 2023, (sábado), pelas 15:00H**, no Terreiro D. João V, n.º 61, 2.º Andar, 2640-492 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise das contas de 2022;
- 2 – Análise da situação Política Local, Regional e Nacional;
- 3 – Análise e votação sobre realização de eleições concelhias da JSD Mafra;
- 4 – Outros assuntos.

MOIMENTA DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no **dia 19 de janeiro de 2023, (quinta-feira), pelas 21:00H**, na Avenida Leodomiro, n.º 48, 3629-162 Alto da Portela, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação Política do Concelho;
- 2 - Outros assuntos.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da JSD Oeiras para a reunir o Plenário de Militantes no **dia 18 de janeiro de 2023, pelas 20:30h**, na sede do PSD em Linda-a-Velha, na Avenida Carolina Michaelis 33 C D, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação do Relatório de Atividades da CPC;
- 2 – Balanço da Atividade da CPC;
- 3 – Análise da Situação Política;
- 4 – Outros Assuntos.

OVAR

Ao abrigo dos termos do Artigo 71º nº2 dos Estatutos da Juventude Social Democrata, são convocados todos os militantes da JSD Ovar para reunir em Plenário de Militantes Concelhio, no **dia 10 de fevereiro de 2023, pelas 21h00**, na Sede da Secção de Ovar do Partido Social Democrata, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 1ºEsq - Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da ata do Plenário de Militantes Concelhio de 09 de setembro de 2022;
- 2 – Relatório de Atividades e Contas: apresentação e aprovação;
- 3 – Balanço do mandato e análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos de interesse para a concelhia.

PROCESSO ELEITORAL DISTRITAL DO ALGARVE

ALBUFEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Albufeira para reunir no **dia 11 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Albufeira, sita na Estrada de Vale Pedras – Edif. Palmeira – 1º J, 8201 – 917 Albufeira, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto Único: - Eleição dos Delegados Residenciais ao VIº Congresso Distrital da JSD/Algarve.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Estrada de Vale Pedras – Edif. Palmeira – 1º J, 8201 – 917 Albufeira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Faro para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Faro, sita no Beco Frei André Álvares, nº 56 – 8000-285 Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto Único: - Eleição dos Delegados Residenciais ao VIº Congresso Distrital da JSD/Algarve.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita no Beco Frei André Álvares, nº 56 – 8000-285 Faro, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Lagos para reunir no **dia 11 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Lagos, sita na Rua Soeiro da Costa, 48 – 50, 8600 – 624 Lagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição dos Delegados Residenciais ao VIº Congresso Distrital da JSD/Algarve.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Soeiro da Costa, 48 – 50, 8600 – 624 Lagos, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Loulé para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Loulé, sita na Rua Antero de Quental, nº 6 D, 8100- 538 Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição dos Delegados Residenciais ao VIº Congresso Distrital da JSD/Algarve.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Antero de Quental, nº 6 D, 8100- 538 Loulé, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Olhão para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Olhão, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 – R/ch Dto, 8700 – 313 Olhão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição dos Delegados Residenciais ao VIº Congresso Distrital da JSD/Algarve.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 – R/ch Dto, 8700 – 313 Olhão, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Portimão para reunir no **dia 11 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Portimão, sita na Rua João Simões Tavares - Lt 10 - Apartamento 005, 8500 – 293 Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição dos Delegados Residenciais ao VIº Congresso Distrital da JSD/Algarve.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua João Simões Tavares - Lt 10 - Apartamento 005, 8500 – 293 Portimão ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de São Brás de Alportel para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD São Brás de Alportel, sita na Rua Poeta Bernardo Passos, 29/31, 8150 – 025 São Brás de Alportel, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição dos Delegados Residenciais ao VIº Congresso Distrital da JSD/Algarve.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Poeta Bernardo Passos, 29/31, 8150 – 025 São Brás de Alportel, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Tavira para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na sede da JSD Tavira, sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4 – 1.º J, 8800 – 360 Tavira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição dos Delegados Residenciais ao VIº Congresso Distrital da JSD/Algarve.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4 – 1.º J, 8800 – 360 Tavira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

NÚCLEO DA CAMPANHÃ

Ao abrigo dos Estatuto Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral do Núcleo da JSD de Campanhã para reunir no **dia 18 de fevereiro (sábado), entre as 10h e as 12h**, na sede de Núcleo do PSD Paranhos, situada na Rua do Campo Lindo, 63, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário do Núcleo da JSD do Campanhã.

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da JSD Porto ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao eleitoral, na sede do PSD Paranhos, situada na Rua do Campo Lindo, 63, Porto, respeitando as normas e os Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.

REGULAMENTO

**REGULAMENTO VI CONGRESSO
DISTRITAL DA JSD ALGARVE**

REGULAMENTO VI CONGRESSO DISTRITAL DA JSD ALGARVE

ARTIGO 1º (LOCAL E DATA)

1. O VI Congresso Distrital da JSD Algarve reunirá no dia 18 de Março no Concelho de Lagos.

ARTIGO 2º (ORDEM DE TRABALHOS)

A ordem de trabalhos do Congresso será a seguinte:

- a) Abertura;
- b) Apreciação do relatório de atividades da Comissão Política Distrital (CPD) para o mandato 2021-2023;
- c) Apresentação, discussão e votação das propostas Políticas sectoriais;
- d) Apresentação e discussão das Moções de Estratégia Global para o mandato 2023-2025;
- e) Eleição dos Órgãos Distritais da JSD e aprovação da moção de estratégia global;
- f) Encerramento.

A ordem de trabalhos só poderá ser alterada nos termos previstos no presente regulamento.

ARTIGO 3º (DELEGADOS AO CONGRESSO)

1. Serão eleitos 20 Delegados ao Congresso nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 51º dos Estatutos Nacionais da JSD, que deverão ser militantes inscritos na JSD há pelo menos seis meses;
2. São ainda delegados ao Congresso com direito a voto, os membros em efetivo e regular exercício de funções nos Órgãos previstos nas alíneas b) e c) do número 1 do artigo 51º dos ENJSD, nomeadamente:
 - a) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias em funções ou um dos Vice-Presidentes em representação do órgão;
 - b) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital.

ARTIGO 4º PARTICIPANTES

1. Participam no Congresso sem direito de voto, sendo Participantes, os membros em efetivo e regular exercício de funções nos Órgãos previstos no número 2 do artigo 51º dos ENJSD, nomeadamente:
 - a) A Mesa do Congresso Distrital;
 - b) Os restantes membros da Comissão Política Distrital;
 - c) O Diretor Distrital do Gabinete de Estudos e, se designados, os coordenadores temáticos;
 - d) O Coordenador Distrital da Formação;
 - e) O Coordenador Distrital do Ensino Superior;
 - f) O Coordenador Distrital do Ensino Básico e Secundário;
 - g) O Coordenador Distrital Autárquico;
 - h) Os Deputados da JSD eleitos pelos círculos eleitos total ou parcialmente integrados no Distrito;

- i) Os titulares dos órgãos nacionais e inscritos em órgãos de base do respetivo Distrito;
- j) Os representantes das estruturas estudantis e autárquicas, de acordo com o Regulamento do Congresso e dos Conselhos Distritais;
- k) Os Presidentes dos NESD do Distrito.

ARTIGO 5º (RATEIO DE DELEGADOS)

1. Os 20 Delegados a eleger pelas Concelhias serão rateados nos termos da alínea a) número 1 do artigo 30º dos Estatutos Nacionais da JSD, de acordo com o Anexo I ao presente regulamento de que faz parte integrante.
2. Assegurar-se-á a representatividade mínima de um delegado por cada concelhia que tenha, no mínimo, 10 militantes à data do Conselho Distrital que aprova o presente regulamento.

ARTIGO 6º (ELEIÇÃO DOS DELEGADOS RESIDENCIAIS)

1. Os delegados a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 30º dos ENJSD são eleitos em lista fechada por sistema proporcional e método de Hondt nos plenários concelhios, nos termos do disposto nos ENJSD e no regulamento eleitoral da JSD.
2. As listas devem ser compostas por um número mínimo de candidatos efetivos igual ao número de delegados a eleger e devem incluir suplentes em número equivalente a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efetivos e não podendo exceder o número total dos candidatos efetivos.
3. As eleições dos delegados das Concelhias são marcadas pelo Conselho Distrital, convocadas pelo respetivo Presidente da Mesa, presididas pelas Mesas dos Plenários Concelhios e regem-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral da JSD;
4. As listas candidatas deverão ser propostas nos termos previstos do artigo 99º dos Estatutos Nacionais da JSD.

ARTIGO 7º (SUBSTITUIÇÕES)

1. Os delegados ao Congresso referidos no nº 1 do artigo 3º do presente regulamento podem ser substituídos pelo primeiro candidato não eleito da lista em que foi eleito, ou no caso de inexistência ou impossibilidade deste, pelos suplentes da mesma lista de acordo com a respetiva ordem;
2. As substituições seguem os mesmos trâmites das inscrições e são efetuadas durante o prazo previsto para estas.

ARTIGO 8º (ACUMULAÇÃO)

1. Os militantes que forem delegados ao Congresso a mais de um título devem optar pela condição em que participam no Congresso na data da inscrição.
2. A opção prevista no número anterior é definitiva.

ARTIGO 9º
(REDISTRIBUIÇÃO DE DELEGADOS EM FALTA)

1. Consideram-se delegados em falta aqueles cuja ata de eleição não houver sido recebida na sede Distrital da JSD, ou cuja inscrição não houver sido realizada, até ao limite dos respetivos prazos previstos no cronograma que consta do Anexo II ao presente Regulamento;
2. Findo o prazo para entrega das atas das eleições ou para inscrição dos delegados, a Mesa do Congresso Distrital deverá redistribuir os delegados em falta, seguindo o rateio referido no artigo 5º do presente regulamento;
3. Nas Concelhias que receberem delegados redistribuído, será delegado o membro efetivo ou suplente da lista que teria sido eleito caso a eleição e respetivo apuramento houvessem sido realizados originariamente com o número total de delegados após a redistribuição.

ARTIGO 10º
(INSCRIÇÃO)

1. Todos os delegados e participantes ao Congresso devem, obrigatoriamente inscrever-se através do formulário disponível para o efeito que será enviado por email para todas as Concelhias e membros dos demais órgãos, até às 18 horas do dia previsto no cronograma que consta do Anexo II ao presente Regulamento;
2. A inscrição dos delegados e participantes será acompanhada obrigatoriamente pelo pagamento da taxa de inscrição no valor de €15,00;
3. O não pagamento da taxa de inscrição prevista no número anterior implica a recusa automática da inscrição do delegado.

ARTIGO 11º
(OBSERVADORES)

1. Poderão assistir ao VI Congresso Distrital da JSD Algarve, na qualidade de observadores, os militantes da JSD, num limite máximo de 20 observadores;
2. Cada concelhia terá um número de observadores igual ao número de delegados eleitos nos termos do n.º 1 do artigo 3º do presente regulamento;
3. Os observadores não inscritos serão redistribuídos pelas Comissões Políticas Concelhias de origem dos referidos observadores;
4. A inscrição dos observadores é feita junto da Secretaria Geral da JSD Algarve devendo remeter a inscrição até à data prevista no Cronograma em anexo, através do formulário disponível para o efeito que será enviado para todas as Comissões Políticas Concelhias, acompanhado obrigatoriamente pelo pagamento da taxa de inscrição no valor de €15,00;
5. O não pagamento da taxa de inscrição, prevista no número anterior determina a recusa automática da inscrição;
6. Serão ainda observadores os militantes convidados pelos Órgãos Distritais da JSD, membros e militantes honorários da JSD.

ARTIGO 12º
(LISTA DOS DELEGADOS)

1. A lista dos delegados será divulgada por email para todos os Inscritos no VI Congresso Distrital da JSD Algarve no dia previsto no cronograma que consta do Anexo II ao presente regulamento;
2. Qualquer militante pode recorrer da lista até às 18 horas do dia previsto no cronograma que consta do Anexo II ao presente regulamento;
3. As impugnações a que se refere o número anterior devem ser interpostas perante o CJN, que decidirá até ao início dos trabalhos do VI Congresso Distrital da JSD Algarve.

ARTIGO 13º
(MOÇÕES DE ESTRATÉGIA GLOBAL)

1. As propostas de moção de estratégia global são subscritas por candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital, devendo ser entregues até ao final do prazo previsto para entrega de candidaturas à CPD;
2. Considera-se aprovada a moção de estratégia global subscrita pelo candidato mais votado a Presidente da Comissão Política Distrital.

ARTIGO 14º
(PROPOSTAS POLÍTICAS SECTORIAIS)

1. As Propostas Políticas Sectoriais dizem respeito a temas específicos, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo.
2. Uma proposta política sectorial pode ser subscrita por:
 - a) Uma (1) Comissão Política Concelhia;
 - b) por dois (2) delegados ao Congresso;
3. Cada Comissão Política Concelhia apenas poderá subscrever uma proposta política sectorial;
4. Cada delegado apenas poderá subscrever uma proposta política sectorial;
5. As propostas Políticas sectoriais são apresentadas, discutidas e votadas no plenário do Congresso.

ARTIGO 15º
(LISTAS CANDIDATAS AOS ÓRGÃOS DISTRITAIS)

1. As listas candidatas aos Órgãos Distritais deverão ser entregues na Mesa do Congresso Distrital até às 23h59 do terceiro dia anterior ao Congresso;
2. Cada lista é subscrita por pelo menos 2 delegados que não a integrem, devendo um dos delegados ser indicado como primeiro subscritor;
3. São recusados pela Mesa do Congresso as listas que não obedeçam aos requisitos fixados pelos ENJSD ou pelo presente regulamento ou que não venham acompanhados de declaração de aceitação de candidatura de todos os seus elementos, efetivos e suplentes;
4. As listas candidatas à CPD deverão conter os nomes dos candidatos, bem como as designações do candidato a Presidente da CPD, dos candidatos a Vice- Presidentes da CPD, do candidato a Secretário-Geral da CPD, dos candidatos a Vogais da CPD e um mínimo de 5 suplentes e respetivos nº de militante;
5. As Listas candidatas à Mesa do Congresso Distrital da JSD deverão conter 3 elementos efetivos e 1 elemento suplente, designando os candidatos a Presidente, Vice-Presidentes e Secretários;
6. Nenhum militante pode integrar mais do que uma lista candidata ao mesmo órgão;
7. As listas são afixadas durante a manhã do Congresso Distrital da JSD Algarve, após confirmação por parte da Mesa do Congresso Nacional da regularidade dos processos;
8. Qualquer lista poderá ser retirada a todo o momento, mediante a entrega na Mesa do Congresso de um pedido nesse sentido subscrito pelo primeiro subscritor e pelo primeiro membro da lista candidata ou pelo candidato a Presidente do Órgão, consoante os casos.

ARTIGO 16º
(PROPOSTAS DE MILITANTES HONORÁRIOS DA JSD ALGARVE)

1. Pode ser atribuída durante o VI Congresso Distrital da JSD Algarve a distinção de Militante Honorário:
 - a) Antigos militantes da JSD que no desempenho de funções em órgãos da JSD, tenham contribuído de forma excecional para a promoção do ideário da JSD junto da sociedade portuguesa;
 - b) Personalidades que tenham contribuído para a preservação dos ideais democráticos e da JSD, e se tenham empenhado na defesa dos interesses da Juventude Portuguesa em estreita colaboração com a JSD.
2. As propostas poderão ser subscritas pela Comissão Política Distrital, por um conjunto de, pelo menos, três Comissões Políticas Concelhias, ou por um mínimo de 25% dos Delegados ao Congresso com direito de voto;
3. As propostas de Militantes Honorários da JSD Algarve deverão ser entregues na Mesa do Congresso Distrital até às 23h59 do terceiro dia anterior ao Congresso;
4. A aprovação das distinções honorárias carece do voto favorável de pelo menos 1/3 dos votos expressos;
5. A perda de qualquer das distinções honorárias da JSD será deliberada em Congresso Distrital, por maioria absoluta dos membros presentes, em caso de grave desconsideração pela Juventude Portuguesa, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto;
6. As votações acima descritas decorrerão em simultâneo com as Eleições para os Órgãos Distritais.

ARTIGO 17º
(MESA DO CONGRESSO)

1. Compete à Mesa do Congresso, para além de outras funções que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e pelo regulamento, declarar a abertura e o encerramento do Congresso, dirigir os trabalhos e receber todas as propostas que devem ser discutidas e votadas em Congresso;
2. Das deliberações da Mesa do Congresso cabe recurso com fundamento em violação de qualquer norma legal, estatutária ou regulamentar a interpor perante o CJN;
3. Das deliberações da Mesa do Congresso tomadas no decorrer dos trabalhos cabe recurso com fundamento em inconveniência ou demérito para o Congresso;
4. As deliberações da Mesa serão tomadas pela maioria dos membros.

ARTIGO 18º
(PODERES DOS DELEGADOS)

1. Constituem poderes dos delegados ao VI Congresso Distrital da JSD Algarve:
 - a) Usar da palavra, observando as disposições deste regulamento.
 - b) Participar nas votações.
 - c) Apresentar reclamações.
 - d) Pedir ou dar explicações ou esclarecimentos.

ARTIGO 19º
(USO DA PALAVRA)

1. A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:
 - a) Os membros da Comissão Política Distrital dispõem de 15 minutos;
 - b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias dispõem de 10 minutos;
 - c) Os subscritores de Moções de Estratégia Global dispõem de 30 minutos;
 - d) O 1º subscritor de cada proposta política sectorial dispõe de 4 minutos;
 - e) Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelos inscritos;
 - f) A palavra para esclarecimento limitar-se-á à formação sintética da pergunta e respetiva resposta por um período não superior a 1 minuto;
 - g) A palavra para perguntas à Mesa e para reclamações (dirigidas necessariamente à Mesa) será concedida por um período não superior a 1 minuto.

ARTIGO 20º
(QUÓRUM, VOTAÇÕES E ELEIÇÕES)

1. O Congresso só poderá deliberar estando presente mais de metade dos seus membros em efetividade de funções;
2. Todas as votações serão públicas, salvo as que se referem a eleições, as quais deverão ser fiscalizadas por delegados das listas concorrentes;
3. Serão consideradas aprovadas as propostas que reúnam a seu favor mais de metade de votos expressos, excluindo os votos brancos e nulos;
4. Será eleita, para a Comissão Política Distrital e Mesa do Congresso a lista candidata que obtiver maior número de votos.

ARTIGO 21º
(RATIFICAÇÃO DO REGULAMENTO PELO CONGRESSO)

1. O Congresso tem poderes para ratificar o presente regulamento nos termos estabelecidos neste artigo e em tudo o que diga respeito ao seu funcionamento;
2. Serão considerados ratificados todos os artigos, números ou alíneas em relação aos quais não seja depositada na Mesa do Congresso, no prazo de 5 minutos a contar da abertura do Congresso um requerimento de sujeição e ratificação assinados por 5 Congressistas e contendo o texto posto em alternativa;
3. O requerimento a que se refere o número anterior será obrigatoriamente aceite pela Mesa, desde que obedeça aos requisitos aí fixados;
4. O primeiro subscritor do requerimento ou quem este indicar terá dois minutos para justificar o texto alternativo face ao texto do Regulamento aprovado;
5. O texto alternativo proposto no requerimento de sujeição e ratificação será considerado e aprovado se este for aprovado por mais de metade dos delegados em efetividade de funções.

ARTIGO 22º
(DELEGAÇÃO DE PODERES)

1. O Congresso Distrital poderá de acordo com a alínea f) do número 1 do artigo 29º dos Estatutos Nacionais delegar alguns dos seus poderes no Conselho Distrital se para tal for aprovada uma proposta nesse sentido por maioria simples dos delegados presentes;
2. A proposta de delegação de poderes deverá ser apresentada durante a discussão das matérias a que diz respeito e terá de ser subscrita por um mínimo de 5 delegados;
3. A proposta de delegação de poderes será justificada pelo primeiro subscritor durante o máximo de 3 minutos, devendo ser votada de imediato sem discussão.

ARTIGO 23º
(INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS)

1. Só o CJN tem competência para, com força vinculativa, interpretar as disposições e integrar as lacunas do presente regulamento;
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior a Mesa do Congresso tem competência para interpretar e integrar lacunas do presente regulamento feitas, cabendo recurso para o Conselho de Jurisdição Nacional.

ANEXO I - RATEIO VI CONGRESSO DISTRITAL DA JSD ALGARVE.

ANEXO II - CRONOGRAMA VI CONGRESSO DISTRITAL DA JSD ALGARVE.

APROVADO NO CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO DE 2023 DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA DISTRITAL DO ALGARVE,
REALIZADO NO DIA 7 DE JANEIRO DE 2023 NO HOTEL PARAÍSO EM ALBUFEIRA.

ANEXO 1

RATEIO VI CONGRESSO DISTRITAL DA JSD ALGARVE

CONCELHIA	DELEGADOS	OBSERVADORES
Loulé	5	5
Faro	3	3
Albufeira	2	2
Tavira	2	2
Portimão	2	2
São Brás de Alportel	2	2
Lagos	2	2
Olhão	2	2
	20	20

ANEXO 2

CRONOGRAMA VI CONGRESSO DISTRITAL DA JSD ALGARVE

FEVEREIRO	
Entrega de Listas de Delegados - Barlavento	8
Eleições de Delegados ao Congresso - Barlavento	11
Entrega de Listas de Delegados - Sotavento	15
Eleições de Delegados ao Congresso - Sotavento	18
Último dia de Inscrição para o Congresso	25
Redistribuição de Delegados	27
Lista Provisória de Delegados	27
MARÇO	
Último dia de Inscrição - Delegados Redistribuídos	3
Lista Definitiva de Delegados e Participantes	6
Último dia para Recurso da Lista dos Delegados	8
Entrega de Propostas Políticas Sectoriais	15
Entrega de Propostas de Militantes Honorários	15
Entrega de Listas aos Órgãos Distritais	15
VI CONGRESSO DISTRITAL	18